

Nicarágua
Em cada fábrica
uma trincheira da revolução
Entrevista a Paulo Paim
na pág. 10.

Eles querem guerra



CUT propõe greve geral pelas diretas



Nesta edição, em primeira mão o manifesto aprovado pela direção da CUT. E mais: entrevistas com Jair Meneguelli, Paulo Azevedo e Luís Gushiken, avaliando o movimento e as tarefas colocadas.

Também um balanço do exemplo das lutas recentes do movimento operário na América Latina. Leia nas páginas 7, 8 e 9.

LSN derrotada Meneguelli e Vicente livres

Os sindicalistas Jair Meneguelli e Vicente Paulo da Silva foram a julgamento na 2ª Auditoria Militar em 15 de fevereiro. Motivo: durante a campanha salarial de 1983, após a decretação do decreto-lei 2.012, Jair se referiu ao general Figueiredo como "safado" e "canalha" e Vicente, por sua vez, usou o termo "ladrão" e acusou o governo de "estar metendo a mão no nosso bolso". Os quatro oficiais que os julgaram declararam-se incompetentes para enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional.

Luís Eduardo Greenhalg apresentou quatro teses pelas quais os sindicalistas não poderiam ser condenados. Prevaleceu a primeira delas: os sindicalistas foram enquadrados no artigo 66 da antiga LSN que previa "ofensa ao Presidente da República, e entendia-se, então, por ofensa a difamação, a calúnia e a injúria. Pela LSN reformada, somente difamação e calúnia são enquadrados e o advogado demonstrou até a exaustão que as falas dos sindicalistas poderão, quando muito, constituir injúria, se não se

comprovar fundamento no que eles disseram.

Como injúria não está prevista atualmente, caracterizou-se a incompetência do julgamento. O caso passa para a alçada da justiça civil, caso o "injurado" queira processá-los. O advogado deu-se ao trabalho de apresentar cópia xerox de um acórdão do julgamento de um ex-deputado federal, com base na LSN, em que o ex-parlamentar fizera declarações bem mais pesadas sobre diversos ministros e foi inocentado.

Jair e Vicente foram recebidos pela pequena multidão que os aguardava à frente do prédio com o afinadíssimo refrão de **trabalhador unido jamais será vencido**. Agora é esperar pela inocentação de Lula e Bitar que serão julgados pela Auditoria Militar de Manaus no próximo 1º de março.

Millor e Ruth Escobar

Contrariando os primeiros comentários quando a notícia surgiu, não era mais uma piada de militares: o jornalista, humorista, dese-



Resenha nacional

nhista, teatrólogo, tradutor Millor Fernandes está sendo enquadrado na Lei de Segurança Nacional por "pregar a revolução" e atingir a "honorabilidade e respeitabilidade pessoal" do comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, em um artigo publicado na **Isto É** de 11 de janeiro passado.

A resposta de Millor: "eles podem me pegar em casa, me prender, me torturar como no tempo do nazismo e como faziam há alguns anos na Argentina e aqui no Brasil. Agora, querer que um tribunal me condene por subversão da ordem política e social é uma tolice."

Também a atriz e deputada Ruth Escobar está ameaçada: no Departamento de Polícia Federal em São Paulo, há um pedido do procurador geral da Justiça Militar acusando-a de ter ofendido autoridades federais num discurso proferido durante a campanha eleitoral na cidade de Icém.

Capemi

Filho de Figueiredo denunciado

Nada menos que dois generais, um filho de Figueiredo, um coronel, um primo e um irmão do general Newton Cruz estão sendo acusados no processo das irregularidades e falcatruas cometidas pela Agropecuária Capemi, empresa que veio à falência no ano passado. São eles: o general Ademar Messias de Aragão (ex-presidente da empresa), o general Silvio Valter Xavier (ex-vice-presidente), Paulo Renato de Oliveira Figueiredo (o filho mais novo do general), o coronel Ivani Henrique da Silva, Fernando de Oliveira e Cruz e Nelson de Oliveira e Cruz. Eles estão entre as dezesseis pessoas arroladas pelo curador Hélio Gama no processo.

Com tanto peixe na rede, não é de espantar que as pressões sobre o caso se avolumem. O curador Hélio

Gama foi proibido de dar entrevistas; um mandato de segurança impetrado pelo advogado Evaristo de Moraes Filho (contratado pelo filho de Figueiredo) foi aceito e o processo está sustado para a execução de uma nova perícia, ao final do qual o curador Hélio Gama teria que escolher entre recuar ou manter as acusações. O próprio síndico responsável pelo acompanhamento do processo de falência, Carlos Alberto de Carli, acusado pelo curador de ter usado a sua função para obter ganhos pessoais foi mantido por decisão do juiz da falência.

O filho de Figueiredo e Ricardo Coury eram donos da empresa Metalquímica, Comércio e Representações Ltda. que obteve do Instituto Brasileiro de Desenvol-

vimento Florestal a concessão para comercializar com exclusividade nos estados do Rio e Minas a madeira da região de Tucuruí. Além disso, teriam de graça toda a madeira restante do processo de indústria (em média, apenas 8% das madeiras são aproveitadas industrialmente).

Devido às pressões que vem sofrendo, o curador Hélio Gama recebeu a solidariedade em abaixo assinado de 74 promotores paulistas. Um aspecto interessante: Brizola tem procurado intermediar o caso, junto ao procurador-geral da Justiça do Rio de Janeiro, como meio de melhorar as suas relações com o Planalto. Outro detalhe: entre os acusados, está um irmão do atual prefeito do Rio de Janeiro.

Nordeste

3,5 milhões de mortos

O levantamento feito pelo Cardeal Aloísio Lorscheider, com base nos relatórios das diversas dioceses estima em 3,5 milhões os nordestinos mortos no período que vai de 1979 a 1984. O levantamento não foi desmentido por nenhum órgão oficial. Esse genocídio já ultrapassa 50% do número de judeus mortos pelos nazistas na II Guerra. O número de flagelados — aqueles que têm que deixar a área onde estão radicados por falta de mínimas condições de vida — já é superior a 10 milhões, ou seja, mais de um terço da população nordestina.

Apesar de uma canção ter demonstrado que existe uma ave mais corajosa do que o homem porque não morre de fome: pega, mata e come — de fato, de vez em quando se tem notícia de saques em algumas cidades nordestinas, como ocorreu recentemente na cidade de Cedro, Ceará, — duas poderosas instituições impedem a prática da lição: uma oficial (a polícia), outra oficiosa (os jagunços). Claro que defendendo a propriedade privada e rendendo poder para quem aprendeu tirar partido da desgraça coletiva. Isto é demonstrado pela

disputa de Maluf, Andreazza, Aureliano e outros.

Ou será que ainda existe uma alma cândida que acredite nos mirabolantes planos de "salvar o nordeste"? Será que algum cego ainda não percebeu que a manutenção do estado de coisas enriquece uma minoria e fortalece a estrutura de poder vigente?

A atual seca que se prolonga desde 1979 foi prevista por técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (S. José dos Campos) e comunicada a todas autoridades competentes, inclusive à Sudene. E qual a providência tomada? Claro que a não eficiente: tornar sigilosa a informação, proibindo qualquer divulgação.

Frente a esta situação de absoluta calamidade, o governo joga com paliativos. Atualmente já são cerca de 2,5 milhões de nordestinos empregados nas frentes de trabalho — muitas delas para beneficiamento de propriedades privadas — recebendo um salário mensal de quinze mil cruzeiros, por serviços até de carregamento de pedras. E nem este mísero salário é pago com regulari-

dade. Em Souza, no interior da Paraíba, por apoiarem a luta de trabalhadores flagelados dois petistas foram intimados a depor. O médico petista Francisco Nóbrega Gadelha sofreu pressões da polícia e recebeu até o apoio da direção nacional do PT, de Lula, em um programa de rádio da cidade.

Embora não se tenha uma dimensão completa dos movimentos de saques, é certo que eles vêm aumentando. Em Cedro, no Ceará, duas mil pessoas em desespero saquearam um centro comercial, levando 120 toneladas de alimentos além de dominar o destacamento policial, levando as armas. Houve saques nos últimos dias também nas cidades cearenses de Umari e Brejo Santo, além de uma tentativa em Mombaça.

Em todos estes casos, a providência do governo é uma só: aumentar o destacamento policial e denunciar os saqueadores como "pessoas estranhas ao meio rural". Mesmo quando o saque se dá a um caminhão pipa, cheio de água, por 200 pessoas em Serra Talhada, em Pernambuco.

A visita de Shultz

Furando o bloqueio

Quando Ronald Reagan visitou o país em novembro de 1982, ele deixou como saldo da visita a proposta de formação de cinco grupos de trabalho que examinariam os itens indústria militar, intercâmbio científico e tecnológico, relações econômicas, energia nuclear e cooperação espacial. A recente visita do secretário de Estado norte-americano Shultz, no rastro da anterior, tinha, no entanto, objetivos mais precisos do que os do melhor relacionamento político entre os dois governos.

As principais pressões do capital norte-americano se dirigem hoje, em primeiro lugar, para a quebra da reserva de mercado de informática, indústria que vem crescendo e é hoje dominada pelo capital nacional. Como se sabe, o Brasil é um dos maiores mercados potenciais do mundo para o ramo da informática. Em segundo lugar, há o interesse em abrir o campo para a entrada dos grandes bancos estrangeiros no mercado financeiro local, um dos ramos mais lucrativos do capital. Em terceiro lugar, os EUA desejam ter mais controle sobre a indústria

bélica brasileira, hoje a sexta em importância do mundo, com um volume de exportações crescentes.

O resultado mais expressivo da visita foi a assinatura de um memorando para a indústria militar, através do qual está prevista a transferência de tecnologia para o país e um certo controle da destinação das exportações. Um item importante já que desde 1977, o então presidente general Ernesto Geisel havia rompido o acordo militar Brasil-EUA, como protesto diante das pressões do governo americano sobre o acordo nuclear Brasil-Alemanha.

Um fato interessante. Na mesma semana da visita de Shultz, foi aprovada a sobre-taxação do aço brasileiro que é exportado para os Estados Unidos como reflexo da pressão dos grupos monopolistas americanos. Sabe-se que, de outro lado, o grande capital financeiro internacional, através do FMI, vem pressionado sistematicamente o governo para dirigir toda a sua política para o aumento das exportações.

Porque a reforma agrária A fome e o Brasil

Atualmente no Brasil, cerca de 70% da população sofre algum tipo de déficit de calorias. Estima-se que em função da crise, este déficit vem se agravando desde 1975. E mais: enquanto o nível mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde é de 2.300 para a dieta diária por habitante, estima-se que hoje no Brasil esta média está em torno de 200 a 300 calorias!

Uma decorrência necessária da escassez de recursos para produzir alimentos? Nada mais longe da verdade. De acordo com um relatório confidencial do Ipea, órgão subordinado à Secretaria do Planejamento, aplicando-se apenas 1% do Produto Interno Bruto (ou seja, cerca de 2,3 trilhões de cruzeiros) seria possível acabar com o problema da fome no país. Isto é, seriam produzidos alimentos em quanti-

dades suficientes para gerar a média diária de 2.300 calorias por habitante.

Por outro lado, de acordo com o mesmo relatório do Ipea, as possibilidades de aumento da produção de alimentos no país são incensuráveis já que 85% das terras brasileiras são passíveis de serem trabalhadas agricolamente. Existe hoje a possibilidade de multiplicar por quatro a área utilizada neste momento pela agricultura. Hoje há apenas 95 milhões de hectares cultivados quando seria possível imediatamente possível utilizar 485 milhões de hectares.

É possível acabar com a fome neste país desde que se altere a absurda concentração de terras e a concentração de rendas que o desenvolvimento capitalista gerou neste país.

Novo escândalo no Jari Governo cobre prejuízos

Ampliando o escândalo Jari, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social assumiu recentemente o compromisso de pagar uma dívida remanescente da empresa multinacional contrada junto a Ishikawajima e Lloyds Bank no valor de 184 milhões de dólares. Esta nova "socialização de prejuízos", que vinha sendo negociada há alguns meses, foi afinal concluída.

A chamada "nacionalização do projeto Jari", como se sabe, foi uma operação realizada em 1982 e se constituiu, na verdade, a transferência da empresa para um consórcio de grupos privados nacionais com a total cobertura do governo. Nela, o único grande perdedor foi o Estado, isto é, nós, porque, é claro,

muita gente deve ter recebido altas "comissões" nesta negociação.

O milionário americano, Daniel Ludwig, obteve com o negócio uma alta compensação: em troca de 1 bilhão de dólares investidos, recebeu, ao final, o equivalente a 1,63 bilhões, além do direito a receber dividendos da empresa pelo período de 40 anos. O consórcio de empresas nacionais que assumiu o Jari teve acesso a todo tipo de crédito e favores estatais.

Com o novo aporte de capital, já somam 420 milhões de dólares o dinheiro enterrado pelo governo no projeto. No ano passado, o Banco do Brasil já havia injetado no negócio 56 milhões de dólares como forma de cobrir o prejuízo da Caulim da Amazônia S.A., empresa subsidiária da Jari.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Áraze, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sergio Moura, Virginia Pinheiro.
Jornalista Responsável: Vilma Amaro — Reg. MTPS N.º 9.149.
EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC 46.093.549-0001-10.
Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30000; Porto Alegre: R. Fernando Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 — sala 1414 — CEP 20031; Vitória: Caixa Postal 1427 — CEP 29000; Natal: Caixa Postal 1550 — CEP 59072.

O irresistível trem das diretas

Mais de um milhão de pessoas já foram as ruas, em todos os cantos do país. A ditadura radicaliza.

Mas o fato promissor é a promessa do movimento operário-popular entrar com toda força na campanha.

Quando fechamos a edição do número passado deste jornal, contabilizamos, de forma conservadora, que mais de 600 mil pessoas já tinham ido se manifestar nas ruas em defesa da realização das eleições diretas já. De lá para cá, a avalanche das diretas continuou a produzir permanentemente fatores novos em uma dinâmica irresistível: hoje já podemos dizer seguramente que mais de um milhão de pessoas foram aos comícios e passeatas, em todo o país.

A campanha continuou firme no nordeste e norte do país provocando manifestações políticas de dimensões nunca antes vistas em várias cidades; em Belém, 60 mil, em comício; 12 mil em passeata no Recife; 10 mil no Amapá; em Teresina, 25 mil; em Caruaru, interior de Pernambuco, 25 mil; em São Luís, 15 mil em comício debaixo de chuva e carnaval; 15 mil em Cuiabá; 7 mil em Rio Branco e 6 mil em Manaus. Já no último dia 19, 25 mil se reuniram em comício em Osasco e 50 mil em Capão da Canoa, cidade praiana do litoral gaúcho.

Por sua vez, os diversos setores do movimento popular se incorporam à campanha com suas formas próprias de organização e as suas reivindicações específicas. No dia 24, em comemoração aos 52 anos da conquista do voto feminino no Brasil, uma passeata unitária de mulheres percorrerá as ruas centrais de São Paulo. E as comemorações do dia 8 de março vão casar a bandeira das diretas por exemplo, com a exigência da legalização do aborto, do fim à discriminação do trabalho da mulher.

Nos dias 11 e 12 passados, a UNE, com o apoio de dezenas de entidades gerais do movimento (DCE e UEEs), decidiu convocar uma greve geral dos estudantes universitários para o dia da votação da emenda Dante de Oliveira. O encontro estudantil aprovou também um apelo a que a CUT e a Conclat juntem forças na preparação de uma greve geral dos trabalhadores.

E, mais decisivo ainda, a idéia de



A passeata dos 50 mil

Cerca de 50 mil pessoas participaram na quinta-feira passada, dia 16, de uma passeata convocada pelo Comitê Pró-Diretas do Rio de Janeiro. A multidão se concentrou inicialmente na Candelária, se deslocando pela avenida Rio Branco em direção a Cinelândia, levando centenas de cartazes, pirulitos, faixas das diversas entidades e partidos que compõem o Comitê. A passeata encerrou-se com um comício onde tiveram a palavra representantes do PT, PMDB, PDT, comitê pela legalização do PCB, comitê pela legalização do PC do B, e outras entidades.

No encerramento do ato, chegou um representante da executiva estadual do PTB, que foi ruidosamente vaiado não conseguindo falar. Mas o toque inusitado da noite foi o discurso do representante do PC do B que, quem sabe num ato falho, ou num intenso ardor stalinista, declarou sob estrondosa

vaia, que "ali estava a única força capaz de levar a luta pela liberdade no Brasil, o PC do B".

A importância maior do ato foi o de ser um acumulador de forças para o grande comício do dia 21 de março, onde se pretende levar 500 mil pessoas às ruas. Além de ser, evidentemente uma forma de pressionar o governo do estado que vem tentando, tanto no interior do Comitê Pró Diretas, como nos jornais, frear o movimento.

Outro fato, a ser levado em conta, foi a participação do PT, que, apesar das tentativas de formar um bloco compacto e coeso na passeata, se apresentou de forma diluída, não conseguindo levar palavras de ordens unificadas e não se diferenciando, de fato, do conjunto das forças presentes. A tarefa hoje para o conjunto do partido é procurar formas centralizadas para a participação no comício do dia 21 de março.

uma greve geral para abril vem crescendo entre os dirigentes sindicais e é defendida como o centro dos esforços da CUT no próximo período.

Fraqueza e vacilação são as marcas das reações que o governo ensaiou ao crescimento da campanha. Da Bolívia, o ministro Leitão de Abreu soltou

um balão de ensaio para as negociações: uma emenda decidindo eleições para 1990. O balão furou de saída, a proposta sendo recebida em geral como uma piada de mau gosto. Alguns dias depois, o ministro Leitão viria a público admitir a hipótese de eleições diretas em 1988.

No dia 15 de fevereiro viria, no entanto, o jogo mais pesado da ditadura. Após vários dias agitados de reuniões de ministros militares e do Alto Comando das Forças Armadas, o Planalto fez realizar uma reunião entre os quatro presidenciais mais cotados do PDS, ou seja, Maluf, Andreazza, Aureliano e Maciel. A reunião concebida como um fórum para se estabelecer a unidade do PDS e marcar a disposição da ditadura em não ceder as diretas já, acabou por dar com os burros n'água: Aureliano e Maciel continuaram jogando nas diretas, procurando ocupar espaços que lhes são fechados hoje na convenção do PDS; o PDS continua dividido, engolfado na disputa de sua várias facções.

No momento do fechamento desta edição, se ultimavam os preparativos para o grande comício na praça Rio Branco, no centro de Belo Horizonte. Em São Paulo, no entanto, a campanha continua em grande parte paralisada pela ausência de uma definição clara de um novo ato na capital. O governo Montoro vem obstaculizando essa decisão em função em uma estratégia que combina o controle da radicalização do movimento com a ênfase maior no trabalho de convencimento individual dos deputados e senadores do PDS.

A definição dos quatro partidos participantes da Comissão Executiva do Comitê pró-diretas paulista e da esmagadora maioria das entidades que fazem parte da plenária do Comitê é, no entanto, de marcar um novo e grande evento para o final de março ou início de abril. No próximo dia 29 de fevereiro será realizada uma reunião decisiva de plenária do Comitê que definirá tudo sobre ele.

Editorial

1. Apesar de enfraquecida pela crise econômica, pela perda de bases de sustentação, pelas divisões em suas fileiras, a ditadura mostra claramente a sua intenção de não ceder à exigência de realização de eleições livres e diretas já. Quando muito apresenta proposta de negociação que garantem a continuidade no poder por mais alguns anos, procurando fôlego e melhores condições para reconstruir a unidade da burguesia.

A forma como a campanha pelas diretas vem se desenvolvendo, lançando mão de comícios e passeatas, tem cumprido o importantíssimo papel de colocar a questão da democracia no centro da vida do país, mobilizando centenas de milhares de pessoas, produzindo fatos políticos sucessivos e desgastando a instituição do Colégio Eleitoral. Hoje lutar pela massificação e generalização destas manifestação é a forma primeira de fazer avançar a campanha pelas diretas.

Sem negar ou subestimar, portanto,

Greve geral, um sonho possível

a enorme atualidade destas manifestações, é importante assinalar que elas não são a forma mais forte de fazer a pressão sobre a ditadura, de tocar mais a fundo os nervos do regime e obrigá-lo a ceder. Historicamente tem sido demonstrado — e a luta contra as ditaduras na América Latina no período recente tem confirmado essa afirmativa — que o recurso à greve geral dos trabalhadores é a forma mais decisiva de luta.

Na medida em que ela leva a insubordinação, o protesto político para dentro do sacrário da burguesia — a fábrica —, na medida em que provoca uma sangria econômica no inimigo, na medida em que dinamiza toda um processo de radicalização, a greve geral é a arma mais preciosa dos trabalhadores e do povo oprimido na luta pela democracia.

2. Os fatos vão, com efeito, demonstrando a atualidade, a necessidade do apelo à greve geral. Mas todos se perguntam: será esta luta hoje possível? Terá o movimento operário e popular forças

para sustentar uma tal convocação? E estas perguntas soam mais forte ainda depois das expectativas frustradas em torno à greve geral marcada para o dia 25 de outubro do ano passado.

Há dois obstáculos maiores a realização da greve geral. O primeiro delas é o economicismo, a subestimação da importância da luta política, ainda presente em largas fileiras do movimento sindical, mesmo nos seus setores combativos. Temos que ser claros sobre isso: se o apelo a greve geral, mais do que reivindicações econômicas, não se apoiar no enorme sentimento de insatisfação com a ditadura que se alastra e faz encher as praças no dia dos comícios, ele será fracassado. O movimento sindical ficará marginal na vida do país se não tiver o centro de sua atividade na fase atual na luta contra a ditadura.

O segundo obstáculo é ainda a divisão no movimento sindical. A divisão de forças leva o movimento à incerteza e à inércia. É preciso romper este círculo vicioso. E só há uma maneira de fazer isso: combinar a

pressão sobre a base das direções pelegas e reformistas com a tentativa de, através de intensas negociações e lutas políticas, conseguir a adesão de pelos menos setores importantes dos dirigentes sindicais hoje encastelada sob a armadura do Conclat, fundado no Congresso Sindical da Praia Grande no ano passado.

Se trabalhamos para superar o economicismo e aliamos a esta superação um trabalho infatigável pela unidade de ação, não há dúvidas de que o movimento popular, saberá galvanizar o sentimento contra a ditadura para uma greve geral.

3. A realização de uma greve geral traria enormes vantagens para a luta de massas. Reforçaria inevitavelmente a consciência da independência de classe e, com ela, o PT; forneceria as bases para ganhar corpo uma proposta de frente única dos trabalhadores como a saída alternativa aos arranjos traiçoeiros com a burguesia.

É preciso hoje dormir e acordar com os olhos cheios desta possibilidade. Este sonho está ao alcance do PT, do movimento sindical classista, de todas as forças interessadas no fim do regime. Urge torná-lo realidade.

Diretório Nacional do PT

Preparando a renovação

As resoluções da última reunião da direção nacional do partido.

Em sua última reunião como instância superior do partido (a próxima já será na véspera mesmo da Pré-Convenção, e apenas para acertar os detalhes finais) o Diretório Nacional do PT reuniu-se nos dias 18 e 19 passado, em São Paulo. Os assuntos colocados, da maior importância: O "Caso Diadema"; os critérios para a renovação do próprio Diretório na próxima Pré-Convenção; a campanha pelas eleições diretas; o projeto do novo jornal do PT; a greve geral convocada pela CUT, entre outros.

Mas em que pese a importância dos temas, o que se viu foi um Diretório um tanto esvaziado e apático, sem muita disposição de imprimir um rumo político ao partido. A paralisação diante do "caso Diadema" não foi apenas o exemplo mais grave desta situação: foi quase um atestado de óbito auto-aplicado neste Diretório em final de gestão.



Diadema: deixar como está para ver como é que fica.

Como o EM TEMPO vem amplamente noticiando o caso entre por um lado, o prefeito eleito pelo PT de Diadema, Gilson Menezes, e seu grupo e por outro, o Diretório Municipal do partido, vem se arrastando há mais de um ano. Os sucessivos golpes contra a democracia interna e a disciplina partidária, o descumprimento de compromissos eleitorais (inclusive assinados), o estilo de uma administração populista, não petista, as perseguições políticas, o clientelismo são práticas correntes do prefeito e de seu grupo. O Diretório Municipal, coerente com os princípios do PT, de tudo tentou para superar esta situação: tentou acordo, inclusive sob a mediação do Lula, mas que foi rompido acintosamente por Gilson; tentou o Diretório Estadual, que nada fez de objetivo; finalmente, recorreu à Executiva e ao Diretório Nacional. A Direção Nacional determinou algumas medidas práticas que, apesar de limitadas poderiam iniciar um processo que viesse resolver politicamente o impasse. Mas, mais uma vez, Gilson desconheceu solenemente o partido. Ao Diretório Nacional não restou outra alternativa que nomear uma Comissão de Ética para apurar os fatos e aplicar as sanções que fossem necessárias. Mas a partir daí a direção já começou a negar fogo.

Primeiro, a Comissão de Ética, em lugar de fazer o que lhe fora delegado, reiniciou as tentativas de mediação, de acompanhamento, optado por enveredar pelo caminho das digressões em torno de temas bem mais gerais (relações de um partido político com uma administração pública, e coisas do gênero), com dúvidas úteis, mas descabidos na ocasião, pois na prática só serviam para deixar Gilson de mãos livres: e veio mais perseguição política, mais demissão, mais agressões físicas em plenárias do partido, mais desrespeito aos princípios partidários.

O relatório que a Comissão de Ética apresentou ao Diretório Nacional refletiu exatamente esta sua postura acomodada. De concreto mesmo não concluiu nada, não propõe nada. Sugere a formação de uma comissão paritária, constituída de membros do Diretório Municipal e da Administração Municipal, sem objetivos definidos, a não ser a vaga esperança de que isto pudesse "reacender o diálogo". O que é mais incrível é que esta "proposta" veio sem nenhuma avaliação da Comissão anterior, falida exatamente pelo boicote do Prefeito. Sugere também o aprofundamento do debate, a nível do partido como um todo, de uma extensa série de temas gerais, o que, na prática, dá a entender que a questão não é o total abandono dos princípios partidários por parte do Gilson e seu grupo mas sim a indefinição das posições partidárias...

Mas o pior ainda estava por vir: o Diretório Nacional jogando por terra qualquer resquício de pretensão de manter um mínimo de autoridade política diante do partido e contrariando frontalmente suas posições anteriores, simplesmente homologou o relatório proposto pela Comissão de Ética. Falou-se muito na inoportunidade de uma ação contra Gilson, ameaçado hoje por um absurdo processo de cassação desencadeado pelo PMDB; mas ninguém propôs, por exemplo, se tomar algumas medidas para serem aplicadas após o julgamento do processo. Na realidade, o Diretório se sentiu impotente para alterar o curso dos acontecimentos e não reagiu, preferindo se anular, deixando graves precedentes abertos no partido. A partir daí este Diretório passa a ter poucas condições de cobrar outras coisas. Por isso, bom mesmo que seu mandato acabe e ele se renove.



Sucessão também no PT

O mandato do atual Diretório Nacional vem sendo prorrogado desde o início do ano passado, mas agora a situação já é insustentável: sem uma direção política segura, o PT não tem como enfrentar a conjuntura que se abre, cheia de possibilidades para o movimento de massa, e para o crescimento do partido. Por isso reafirmou-se a data de 7 e 8 de abril para a realização da Pré-Convenção Nacional que deverá então eleger a nova Direção, além de votar o Regimento Interno, de aprovar o documento político sobre a tática.



Abrindo o processo de discussão sucessória, o Diretório Nacional analisou a importância de politizar os debates nas bases, fugindo ao conchavismo e ao personalismo, e criando as condições reais para o surgimento de chapas calcadas em propostas políticas.

Interessante notar que nesta discussão o Projeto Político aprovado pelo Diretório Nacional em sua reunião anterior, se por um lado foi reafirmado como proposta base da direção nacional, por outro foi relativizado por figuras expressivas do partido — sendo freqüentemente referido como roteiro de discussão. De concreto, no entanto, o documento foi reafirmado por diversos representantes de muitos estados avaliado como

um grande avanço do partido, tendo sido feito vários relatos de discussões onde o texto foi acolhido como o documento básico, essencial para as definições da Pré-Convenção.

Em que pese a ênfase colocada na importância de se abrir ao máximo as possibilidades para o lançamento de chapas, com o afrouxamento das normas burocráticas, o Diretório Nacional não deu todos os passos que se poderia esperar neste sentido. Eliminou a obrigação das chapas inscreverem nomes de todos os estados e territórios (o que talvez reduzisse sempre o processo à chapa única da direção), reduziu o percentual mínimo de participação proporcional de 20% para 10%, criou uma tribuna de debates, franqueou os serviços postais do partido às articulações e possibilitou a formação de chapas até no momento da Pré-Convenção. Mas, ao mesmo tempo, não estendeu a participação proporcional à eleição da Executiva, continuou exigindo a inscrição de chapas completas e vinculadas à indicação de candidatos próprios à presidência, vetando também a repetição de nomes em mais de uma chapa, estas medidas tendem a desencorajar certos setores do partido — situados mais à direita no espectro político — a tentarem articulação própria. Pelas regras fixadas, estes setores terão de aceitar de forma cabal a orientação da direção histórica ou partirem de vez para a "aventura" de uma articulação realmente própria, de remotíssimo sucesso. Dado que alguns destes setores já foram longe demais em suas críticas à direção nacional e em suas divergências, sempre pela direita, com o seu Projeto Político é de se esperar alguns rápidos reposicionamentos desta área, nem sempre apegados a princípios mais estáveis.

Por outro lado, à medida que o núcleo dirigente central (Lula à frente) não deixou nada claro sobre suas idéias atuais acerca da conjuntura e da tática — ponto básico para dar coerência a qualquer articulação — permaneceu um certo vácuo político, causando alguma desorientação nos vários segmentos sobre os rumos a seguir, inclusive, por não se ter ainda uma delimitação do campo político almejado pelo núcleo central.



Diretas: PT na Luta

De qualquer modo, o que se trata agora é de cada setor organizar bem as suas propostas procurando os segmentos mais aproximados, e lançando-as rapidamente ao debate nas bases. É no campo das idéias e da prática política que este processo sucessório poderá se esclarecer, fazendo crescer e fortalecer o partido.

Quanto à campanha pelas eleições diretas, foi tomada uma série de resoluções visando fortalecer a campanha e, especialmente, evitar o esvaziamento que certos setores "oposicionistas" vêm tramando desde já (haja visto o recuo do PMDB na questão da Marcha sobre Brasília). O PT propõe a criação de um Comitê Suprapartidário Nacional, com a participação de organismos do movimento popular e a realização de um Dia Nacional de Luta Pelas Eleições Diretas, com manifestações de variados tipos em todo o país em uma mesma data, próxima da votação, e por fim a manutenção da pressão popular direta sobre o Congresso Nacional. Além disso, propõe a criação de Comitês Populares Unificados, a nível de município e categorias profissionais, visando impulsionar a mobilização de base.

Deliberou-se também pela mobilização em defesa de Lula, Jacó Bittar, Chico Mendes e José Francisco, que deverão ser julgados pela Promotoria de Manaus no princípio de março, pelo "crime" de terem protestado publicamente contra a impunidade do assassino do líder camponês Wilson Pinheiro, no Acre.

A greve da Caldas Júnior

Vitória dos trabalhadores

Após 56 dias de greve, motoristas, jornalistas e gráficos conquistaram a legalidade da greve, o pagamento dos dias parados e a estabilidade no emprego.



A decisão do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul no dia 6 de fevereiro, decretando a legalidade da greve dos funcionários da Empresa Jornalística Caldas Júnior, o pagamento dos salários atrasados e o imediato retorno ao trabalho, encerrou mais uma etapa da luta dos grevistas.

Depois de 56 dias de greve, os jornalistas, gráficos e motoristas conseguiram a nível jurídico o parecer sem precedentes no Estado. Por unanimidade dos juizes, foi decretada a legalidade da greve e, portanto, nenhum grevista poderá ser demitido. Considerada nula a alegação da empresa de que todos os grevistas estavam demitidos desde dezembro, o TRT determinou a volta imediata ao trabalho e deu à empresa, prazo de 10 dias a partir da publicação do acórdão para pagar os débitos juntos aos empregados, inclusive dos dias parados.

Caso não cumpra o prazo estipulado, a Empresa Jornalística Caldas Júnior terá que pagar uma multa de 50% sobre os débitos a favor dos empregados. O mais importante do ponto de vista dos grevistas foi a decisão de que nenhum funcionário pode ser demitido pela Caldas Júnior enquanto não for depositado o Fundo de Garantia, em atraso há mais de um ano, de todos os trabalhadores da empresa.

Apesar da decisão do TRT, permaneceu nos grevistas a dúvida sobre o seu cumprimento, principalmente porque durante a greve ficou comprovado que a empresa pode perfeitamente não cumprir as decisões da justiça do trabalho.

A volta ao trabalho

No dia seguinte à decisão do TRT, todos os grevistas voltaram ao trabalho, apesar da oposição da empresa. Os primeiros a chegar no turno da manhã foram barrados na porta e impedidos de entrar no prédio. Foi necessário a intervenção da diretoria do Sindicato dos Jornalistas. E a contra-gosto a direção da Empresa teve que aceitar a volta dos grevistas. O reencontro com os fura-greves se deu de

formas diferentes. Muitos dos antigos funcionários vieram agradecer a vitória que foi estendida a todos e não escondiam um alívio de consciência por verem os grevistas de volta. Os novos contratados — que por uma decisão judicial anterior já estão com aviso prévio de 30 dias para serem demitidos — demonstravam temor aos grevistas. A bajulação aos diretores dos jornais por parte desses jovens, todos recém saídos das faculdades de jornalismo, era ridícula e só servia para tornar mais clara a falta de consciência política e profissional.

Uma conquista histórica

A primeira medida da empresa no retorno foi liberar as férias para quem quisesse enquanto aguarda que espere o prazo para o pagamento dos salários. A diretoria do Sindicato dos Jornalistas — que foi a direção efetiva desse movimento diferenciando-se do sindicato dos gráficos e dos motoristas que se limitaram a apoiar a greve — mantém a organização dos trabalhadores através de reuniões semanais. Pelo menos até o dia 28 de fevereiro, quando termina o prazo para o pagamento dos salários dos meses de outubro, novembro, dezembro, o 13º e janeiro é difícil prever o que poderá acontecer.

Como a decisão do TRT pode tranquilamente não ser cumprida, da mesma forma como não foram outras tomadas anteriormente durante a greve — como a determinação de que todos os contratados no lugar dos grevistas fossem demitidos — a preocupação da diretoria do sindicato é manter a organização.

A diretoria do Sindicato dos Jornalistas sabe que se os grevistas conseguirem o cumprimento do parecer formulado pelo TRT será a maior vitória sindical no estado após 64. Trabalhadores de três categorias diferentes — jornalistas, gráficos e motoristas — conquistaram, em uma das mais longas greves, a sua legalidade, o pagamento dos salários inclusive dos dias parados, a volta ao trabalho, estabilidade, e a consciência da necessidade da organização política dos trabalhadores.

Rio de Janeiro

Eleições no Sindicato dos Telefônicos

No dia 11 de abril se realizarão as eleições para o Sindicato dos Telefônicos do Rio de Janeiro. A pelegada que há vários anos dirige o sindicato, dessa vez se apresentará dividida em cinco chapas, uma das quais a chapa 6 em composição com um setor reformista. Além de existir uma chapa formada pelo coral da Telerj, que em nada se diferencia do restante da pelegada.

A oposição formada pelo movimento "Força dos Trabalhadores Telefônicos Sindicalistas", depois de disputar as últimas eleições, em que foi derrotada por cerca de 300 votos, manteve um trabalho constante e

cotidiano que desemboca hoje na formação da chapa 8. Essa chapa tem como plano mínimo de trabalho a criação de departamentos (cultura e lazer, imprensa e propaganda, feminino e de aposentados), criação de delegacias sindicais perto dos locais de trabalho e eleição de delegados sindicais pelo conjunto da categoria.

Os membros da chapa 8 têm no seu programa a defesa da CUT e de seu programa de luta, propondo, quando eleitos, levar intenso processo de discussão que desembocará num congresso que decida democraticamente pela filiação à central.

Metalúrgicos/SP

Greve na MWM



Os 1600 operários da MWM, empresa situada na zona sul de São Paulo, vinham reivindicando da empresa, através da comissão de fábrica eleita por eles, 20% de antecipação salarial e estabilidade de um ano. Diante da negativa patronal, os trabalhadores entraram em greve no último dia 14 e ocuparam a fábrica. Em várias assembleias feitas no próprio recinto da indústria, decidiram manter a ocupação até o atendimento das reivindicações. Pressionados, os patrões, fizeram, dois dias depois do início da greve, uma contraproposta de 15% de antecipação e 5 meses de estabilidade, que foi aceita pelos grevistas.

A greve da MWM se insere no conjunto dos movimentos grevistas verificados nas últimas semanas na zona sul, que é a de maior concentração fabril da cidade de S. Paulo. Houve paralisações, por exemplo, na La Fonte, na Puma, na Monetti, na Kasval e na Lustres Alvorada, todas apontando como exigência mais frequente a antecipação salarial, entre reivindicações por melhores condições de trabalho, estabilidade ou simples cumprimento de acordos coletivos. Um dos saldos positivos de todas essas mobilizações é a articulação de coordenações interfabris na zona sul para se fazer avançar as lutas operárias da região.

Jornalistas de S. Paulo

Folha demite 71 trabalhadores

Há dois anos, o Grupo Folhas, empresa jornalística que edita a *Folha de S. Paulo*, entre outros periódicos, iniciou a implantação de sofisticados equipamentos eletrônicos encarregados de modernizar o sistema de produção dos jornais. Desde essa época, pairavam ameaças de demissão sobre os trabalhadores gráficos e jornalistas da empresa, em especial sobre os trabalhadores do setor de revisão.

No último dia 10, a política do Grupo Folhas se revelou do modo mais truculento possível: todos os revisores da empresa, num total de 71 jornalistas, foram sumariamente demitidos. Procurados pelo sindicato, os patrões negaram-se sistematicamente a dar maiores explicações, oferecendo uma miséria a título de indenização. Fala-se agora que as demissões logo atingirão também os jornalistas da redação e os gráficos.

Embora longe do necessário, a reação da categoria se fez sentir: circularam abaixo-assinados protestando contra a violência patronal do Grupo Folhas. No interior da empresa formaram-se comissões nas redações para se discutir as demissões e o processo de automação como um todo. No dia 16 houve uma passeata de jornalistas que saiu do sindicato e se dirigiu à DRT, onde se realizaria uma mesa-redonda entre a diretoria do sindicato e a direção da empresa.

O dramático exemplo do Grupo Folhas coloca na ordem do dia a questão da automação e da robotização. Numa conjuntura onde o desemprego se agrava cada vez mais, a adoção de modernas tecnologias, se não for encarada de frente pelo movimento sindical, será utilizada contra os interesses dos trabalhadores.

Assine EM TEMPO

Na linha de frente
contra os patrões



A Editora Aparte Ltda.
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP
CEP: 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral do jornal EM TEMPO

Nome:

Endereço:

Cidade:

Bairro:

Estado:

CEP:

Preço: assinatura anual: Cr\$ 5.000,00

assinatura semestral: Cr\$ 3.000,00

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

Um ano de eleições decisivas

As eleições para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América do Sul, estão previstas para julho deste ano.

As articulações e as discussões já começam a esquentar. A oposição já iniciou a sua articulação, o PT já definiu a sua linha, a diretoria atual já se movimentou.

A partir deste número, faremos a cobertura de todo processo eleitoral.

Buscando levantar elementos para a discussão deste processo, EM TEMPO entrevistou Luiz Antonio Medeiros, secretário-geral do Sindicato.

Fazendo um balanço da última gestão, Luiz Antonio afirma que "nosso sindicato mudou muito nestes últimos três anos. Hoje temos seis sub-sedes espalhadas na capital quando antes não havia nenhuma, sendo que duas em Santo Amaro, região de maior concentração operária de S. Paulo. Dia 9 de abril vamos inaugurar nossa terceira sub-sede na região sul, com um auditório que comporta 400 pessoas. Ao lado do trabalho assistencial, esta sub-sede desenvolverá um trabalho cultural, com cursos de formação sindical, programação de lazer, e estará aberta ao movimento popular".

De acordo com Luiz Antonio, o sindicato conseguiu manter um trabalho constante nas portas de fábrica, não apenas nas grandes e médias, mas também nas pequenas. "Existem hoje oito pessoas que tratam diretamente da pequena e até da microempresa. Quando não podemos assistir diretamente os trabalhadores nos locais de trabalho, temos um serviço de mala direta que leva a imprensa do sindicato para a casa do trabalhador".

As comissões de fábrica

"Cada diretor do sindicato tem que articular no mínimo três companheiros dentro de cada empresa da região sob sua responsabilidade".

Segundo o secretário-geral do sindicato existem várias comissões com certa estabilidade. Além das comissões das grandes fábricas, conquistadas por acordos de greve, há outras formas de organização obtidas em negociações como as de compensação de horas. "Na Monark já temos quatro companheiros com estabilidade por dois anos; na IMBE, mais duas pessoas. Há ainda grupos de fábricas que não são legalizados mas que, por exemplo, controlam a CIPA, agindo na prática como delegados sindicais.

Uma rede de representantes do sindicato

Um outro trabalho de implantação do sindicato na base foi feito através dos delegados ao Congresso dos Metalúrgicos, organizado pelo sindicato. "A maioria dos nossos delegados são membros da CIPA, de comissões de fábrica, das comissões conquistadas nas negociações pela compensação de horas",

Recuperamos a imagem do Sindicato

"O sindicato ganhou credibilidade junto à categoria". Essa é a principal mudança apontada por Luiz Antonio como saldo desses últimos três anos. "Antes, até o jornal do sindicato era rasgado na porta das fábricas. Hoje, em qualquer fábrica o pessoal para fazer uma assembleia sob orientação do sindicato".

Recessão atingiu 115 mil metalúrgicos

O ano de 1980 registrou o maior número de trabalhadores na base do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo: 425 mil operários nas indústrias metal mecânicas, e de material elétrico e eletrônico. A crise atingiu em cheio estes setores e de 1980 a 84, houve a redução de 115 mil trabalhadores na base, segundo informação de Tarciso Tadeu da assessoria de planejamento do sindicato.

Os setores mais atingidos foram a metalurgia, com uma redução de 28% de postos de trabalho, seguido pelo transporte, com 24%. Depois o setor de produção de material elétrico, com 19% de redução e o mecânico com 16%.

O sindicato ainda não tem os dados exatos sobre o número de falências no setor, mas o assessor de planejamento afirma que, além das falências, pesaram também um bom número de empresas que saíram da base. Houve uma migração de empresas para a zona franca de Manaus, principalmente na área de produção de equipamentos para comunicações. Mas outras simplesmente foram buscar uma mão de obra mais barata. É o caso da Caloi que, além de receber incentivos fiscais do governo de Minas Gerais, terá uma mão de obra mais barata para operar no mínimo nos próximos dez anos.

afirma Luiz Antonio. "A rotatividade no emprego fez com que perdessemos o contato com muito desses delegados, mas a maioria permanece e são novamente convocados para a discussão da atuação do sindicato na luta contra os pacotes do governo, na mobilização do dia 21 de julho, no Conclat. Esse delegado, além do contato direto com a fábrica também tem atuado como representante do sindicato no movimento popular, participando das associações de seu bairro".

"A credibilidade do sindicato foi conquistada no processo de luta da categoria: diante de um problema interno numa empresa, íamos primeiro falar com os trabalhadores, fazíamos uma assembleia na porta da fábrica e só então íamos discutir com a empresa. Se a empresa não atendia, então chamávamos a greve".

As eleições refletirão as mudanças

Nas últimas eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos as oposições

juntas conquistaram a maioria dos votos nas fábricas. A chapa encabeçada por Joaquinão conquistou a vitória com base no aparelho do sindicato, basicamente com o voto dos aposentados. Luiz Antonio afirma que para as próximas eleições o quadro será diferente.

"Em 81 obtivemos apenas 30 dos votos das fábricas em Santo Amaro. Hoje este quadro deverá ser outro: com dez pessoas trabalhando permanentemente, várias greves vitoriosas sob comando do sindicato, ampliação da organização por local de trabalho, isso tudo vai ter uma expressão eleitoral".

Falando sobre a oposição, Luiz Antonio faz uma média, apontando suas propostas para as eleições: "o pessoal do PT participou, na base de toda a mobilização do sindicato e cresceu junto com nosso trabalho. Todo aquele que trabalhou com o sindicato cresceu em sua expressão na categoria. Quem ficou de fora, só jogando pedra, não cresceu". E aproveita a deixa para desmentir alguns boatos: "é mentira que o sindicato tenha delatado trabalhadores da oposição. Sabemos onde todos os ativistas trabalham e nunca fizemos esse tipo de coisa. Se alguns setores diminuíram sua influência é porque não souberam trabalhar na categoria".

O critério apresentado por Luiz Antonio para compor uma chapa para as eleições é o de dar continuidade a esse trabalho, incorporando todos os setores que trabalharam juntos, mesmo com discordâncias, na mobilização e organização de base, inclusive Joaquinão. "Joaquinão também cresceu com este trabalho, tanto na categoria, como na sociedade. Trabalhamos por três anos juntos e ele sempre foi fiel, nunca deu uma rasteira, não apresentou nenhum motivo que hoje se provocasse um rompimento".

Lutando no miúdo e vacilando no atacado

O quadro descrito por Luiz Antonio deve ser bem discutido. Não há dúvida que nestes três anos o sindicato sofreu mudanças. Mas, terá se transformado num instrumento de luta dos trabalhadores? Terá garantido conquistas importantes aos metalúrgicos paulistanos?

A prática de Joaquinão demonstra o contrário. No primeiro dissídio da gestão, a proposta de Joaquinão foi a de que os metalúrgicos deveriam abrir mão da produtividade em troca de algumas esquivas e vagas promessas de emprego. E isto logo após o I Conclat.

No dissídio de 1983, Joaquinão propôs aprovar a proposta patronal, que era baseada no 2065. O contraste com São Bernardo fica gritante: mesmo sob intervenção o Sindicato de lá barrou na prática o 2065.

Outra traição foi a ida de Joaquinão ao Palácio do Planalto, logo após a Greve Geral de 21 de julho: abandonando a unidade forjada na luta foi negociar em separado com Aureliano Chaves.

A participação de peso do Sindicato no processo de formação da Conclat, por outro lado, contribuiu para concretizar a divisão do movimento sindical.

Quanto à presença do sindicato no "comando" das várias greves que foram

realizadas nas empresas, o depoimento de ativistas e lideranças das fábricas demonstra que em um sem número de casos o sindicato simplesmente acompanhou a luta iniciada por militantes do PT, da oposição, por "piqueteiros" de 78 e 79.

As mudanças no Sindicato modernizam a atuação sindical, mas não saem de um padrão tradicional: não há empenho na generalização das lutas e nos combates unitários da categoria.



A proposta do PT

As mudanças estão longe de transformar o sindicato no que ele realmente deve ser: um efetivo instrumento de luta, presente no dia a dia e nos momentos decisivos das lutas operárias.

Neste quadro é que se insere a posição oficial do Partido dos Trabalhadores: a formação de uma chapa de oposição que envolva todas as forças políticas que se opõem ao Joaquinão, todos os grupos de fábrica formados e os ativistas sindicais de demonstrada combatividade. Esta chapa começa pelo conjunto dos sindicalistas metalúrgicos petistas.

O momento decisivo para a formação desta chapa de unidade contra Joaquinão será no dia 18 de março, quando será realizada uma assembleia geral da oposição.

Manifesto da CUT

Greve geral pelas diretas

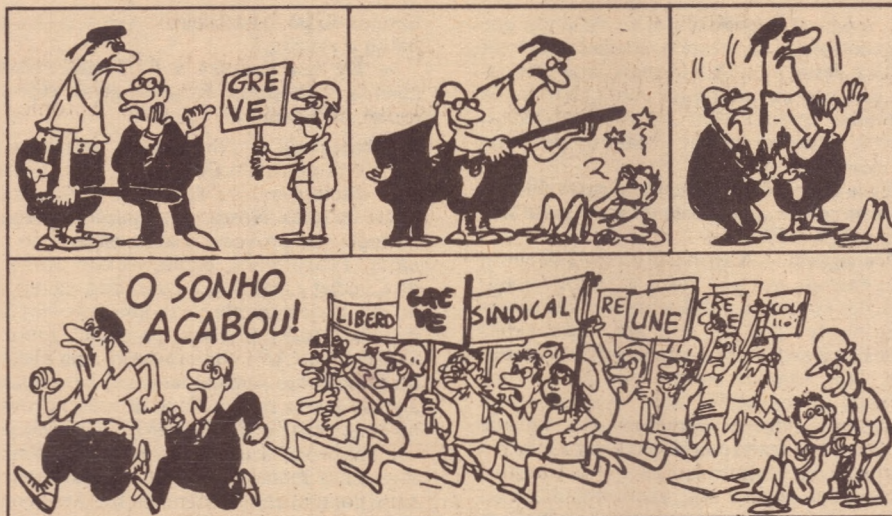


"Fome, miséria, desemprego e desespero. Esta é a dramática e cruel realidade dos trabalhadores. Esta é a consequência de 20 anos de ditadura militar, totalmente submissa aos interesses dos capitalistas nacionais e internacionais (FMI) e dos latifundiários que exploram e reprimem violentamente os trabalhadores da cidade e do campo. Esta é a pior crise da história brasileira.

O Governo se isola cada vez mais. Hoje, um grande clamor empolga milhões de brasileiros: eleições diretas em todos os níveis já! Trata-se de uma clara manifestação de repúdio ao regime militar e a tudo o que ele representa. Trata-se de um anseio da vontade soberana do povo brasileiro para dar um basta definitivo à farsa do Colégio Eleitoral, espúrio e ilegítimo, instrumento de perpetuação do regime. Assim, a CUT repudia veementemente o Colégio Eleitoral, ou qualquer outro que venha a ser constituído e se une à luta por eleições diretas em todos os níveis, integrando-se nos comitês formados hoje, em todo o território nacional.

Mas, que eleições interessam aos trabalhadores? O povo, em outras ocasiões, já elegeu diretamente todos os seus governantes, inclusive o Presidente da República, e nem por isso a sua situação melhorou...

Interessam aos trabalhadores eleições diretas com ampla liberdade: sem LSN, sem lei anti-greve, sem intervenção nos sindicatos (sem proibição aos diretores cassados de concorrerem às eleições), sem repressão, com ampla liberdade de manifestação, organização e propagan-



da, inclusive nos meios de comunicação de massa. Enfim, eleições diretas sem o regime militar.

Interessa aos trabalhadores a luta pelas eleições diretas, se ela for travada juntamente com a luta pela conquista dos seus principais objetivos:

- Pelo fim da política econômica do Governo
- Por liberdade e autonomia sindical
- Pelo salário-desemprego
- Pela estabilidade no emprego
- Pela Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores
- Pelo fim do Regime Militar.

Conclamação

A luta por eleições diretas, com este caráter, representa um importante passo para o avanço dos trabalhadores no processo de transformação profunda da sociedade brasileira. A CUT entende

que outras formas de luta precisam ser utilizadas pelos trabalhadores, além das manifestações maciças realizadas em todo o país, uma vez que, mesmo com a conquista das eleições diretas, a situação dos trabalhadores não estará automaticamente resolvida. Os interesses dos trabalhadores serão garantidos quando eles avançarem nas suas formas de organização e serem capazes de usar um de seus principais instrumentos de luta momento — a greve geral. Nesse sentido, a CUT faz uma conclamação a todos os setores identificados com o sentimento de oposição ao regime, a participarem, através de comitês pródiretas já organizados o que venham a se organizar, no processo de discussão da greve geral, tendo o mês de abril como data-referência para a deflagração de uma arma poderosa usada historicamente pelos trabalhadores, na conquista dos seus direitos".

Paulo Azevedo
Diretas, sim.
Com
constituente.

"Se a emenda constitucional que restabelece as eleições diretas não for aprovada precisamos aprofundar e radicalizar a luta, chegando inclusive à greve geral", declara Paulo Azevedo, presidente cassado do Sindicato dos Metroviários de S. Paulo e integrante da executiva nacional da CUT.

"O movimento sindical precisa aprofundar sua participação na luta pelas diretas e colocar aí suas reivindicações: queremos eleições diretas sim, mas queremos também o fim da política econômica do governo, dos pacotes, o fim do arrocho salarial, o fim da CLT, liberdade e autonomia sindical, reforma agrária radical". É nesse sentido que Azevedo aponta a principal limitação da campanha pelas diretas, que não tem colocado a luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

"O movimento sindical tem sua 'constituição', sua camisa de força, que é a própria CLT. A CUT e a Conclat propõem-se a lutar contra a CLT, pela sua total reestruturação. Essa idéia temos que passar para o conjunto da sociedade. Não nos basta apenas mudar o presidente da República, mas temos que lutar também para mudar as regras do jogo".

E Azevedo não aceita o argumento de que a constituinte é uma bandeira burguesa: é uma bandeira democrática e se os trabalhadores não apresentarem suas próprias propostas e não empolgarem essa luta quem vai fazê-lo, sozinho, serão os empresários. Não falar hoje na constituinte, livre, soberana e democrática é uma limitação política da luta pelas diretas".



Direção Nacional da CUT

É preciso fazer mais política

A direção nacional da CUT reuniu-se em S. Paulo nos dias 18 e 19 de fevereiro para avaliar o processo de construção da Central, discutir a preparação da greve geral e a participação do movimento sindical na campanha por eleições diretas. Paulo Azevedo, presidente cassado do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, faz um balanço da reunião.

— Qual a sua avaliação da reunião?

— Azevedo — Entre titulares e suplentes participaram 63 membros da direção nacional da CUT, numa discussão que avançou definições políticas de nossa intervenção. A decisão política mais importante foi a de aprofundar nossa participação na luta pelas diretas, levando para essa campanha as reivindicações dos trabalhadores. Vamos participar dos comitês nas regiões onde ainda não estávamos participando e criar novos comitês onde não existem.

— E como está a preparação para a greve geral?

— Azevedo — Resolvemos manter a data de abril como referência para o trabalho de preparação para a greve

geral, mas sem marcar o dia. Precisamos ampliar a participação dos demais setores sociais e do próprio movimento sindical na preparação da greve geral: debater com todos os partidos políticos de oposição, a igreja, o movimento popular, ampliando seu caráter político, incluindo a luta por eleições diretas.

— Qual o balanço da construção da CUT?

— Azevedo — Os ritmos de construção são muito diferenciados, com alguns resultados até inexplicáveis. Por exemplo, no Pará, onde não temos um forte movimento sindical, a CUT está com um bom ritmo de implantação, que pode ser medido pela realização dos congressos regionais. Por outro lado, no Rio Grande do Sul, que teve o movimento sindical mais ativo durante todo o ano passado e onde já foi construída a Central Estadual de Trabalhadores, ainda não se tem nenhum congresso marcado.

— A data prevista para a realização dos congressos estaduais era de 15 de março. No entanto isto vai ter que ser alterado. Vocês estão pensando em

alguma alteração na data do Congresso Nacional?

— Azevedo — Não. Os prazos dos Congressos regionais serão dilatados mas permanece a data de agosto para o Congresso Nacional.

— E como você explica essas dificuldades na construção da CUT?

— Azevedo — Para responder essa pergunta de forma mais completa é necessário uma discussão política muito mais ampla do que até agora realizamos. No entanto, eu apontaria dois fatores que me parecem muito determinantes. O primeiro deles é nossa origem classista, onde pesa um profundo obreirismo na nossa formação. Isso faz com que não apresentemos alternativas políticas para o conjunto da sociedade, não enfrentemos os liberais, apresentando as propostas políticas de interesses dos trabalhadores, o que ficou claro agora na luta pelas diretas. A oposição burguesa tem dado o tom diante da timidez inicial do movimento sindical em apresentar suas propostas políticas. A CUT fez pouca política e, num país

como o nosso, uma Central sindical necessariamente tem que assumir um papel político.

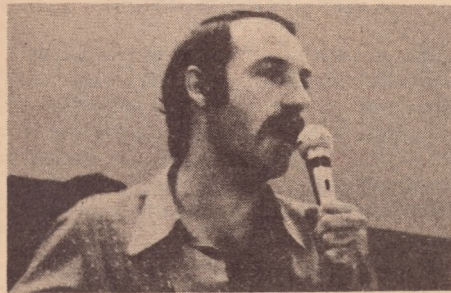
O segundo fator responsável pelo atraso na construção da central, parece-me ser a divisão no movimento sindical à partir da cúpula, o que deixa muitos sindicalistas indecisos em comprar a briga da construção da CUT. Antes da decisão, mesmo que os sindicalistas hoje ligados a Conclat praticamente não trabalhassem, ao menos não atrapalhavam tanto, forneciam algum apoio material que facilitava um trabalho mais dinâmico.

— A CUT apresentou uma proposta de calendário comum de lutas à Conclat, que inicialmente foi aceito. Como anda as conversações entre as duas centrais?

— Azevedo — Fizemos uma primeira reunião conjunta, onde publicamos um manifesto e a proposta de uma plenária de dirigentes sindicais para a elaboração de um calendário comum de lutas. Mas nas demais reuniões, que deveriam precisar a proposta e convocar a plenária, a Conclat não compareceu. Hoje não há nenhuma reunião prevista entre as duas centrais.

Jair Meneguelli

As diretas só virão com a greve geral



— Como é que você avalia a participação do movimento sindical na campanha pelas diretas?

— Meneguelli — Acho que é uma obrigação e um dever do movimento sindical se engajar com toda energia na luta pela democratização do país. Hoje, embora muitos digam que a campanha é da burguesia, isso não é verdade. Dentro das fábricas é um assunto dos mais discutidos. Nossa obrigação e também um preocupação das diretorias do sindicato de metalúrgicos de São Bernardo e da CUT, é de não deixar que essa campanha dilua as principais reivindicações da classe trabalhadora brasileira. Há quem queira, como o PMDB, que as eleições diretas sejam um fim. Nós temos que transformá-la num meio. Por isso, temos que, no bojo dessa campanha, exigir liberdade e autonomia sindical, direito de greve e amplas liberdades políticas. Acho que há muitos nesse país que dizem que o dirigente sindical tinha que se resumir a fazer reivindicações econômicas. Hoje todo o movimento sindical, seja ele da corrente que for,

O presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e coordenador-geral da CUT fala da importância do engajamento na luta política e propõe jogar forças para a realização de uma greve geral em abril.

está vendo e entendendo a necessidade dos dirigentes sindicais estarem engajados na vida política desse país. Ainda mais, essa campanha está conseguindo fazer com que todas as correntes, mesmo com sérias divergências, estejam junto ao mesmo palanque por uma reivindicação única.

— Face à mobilização nacional pelas diretas, como se coloca a proposta de greve geral lançada pela CUT?

— Meneguelli — A proposta da CUT de greve geral entende que não basta se realizar manifestações em praça pública porque nós vemos claramente que os militares não estão dispostos a ceder por conta dessas manifestações. Nós estamos consultando os partidos políticos de oposição, todo o sindicalismo brasileiro e todos os segmentos da sociedade brasileira explicando que só conseguiremos a conquista das eleições diretas e uma transformação desse regime utilizando uma das mais poderosas armas que a classe trabalhadora dispõe, que é a greve geral.

— Qual seria o eixo central do chamado de greve geral?

— Meneguelli — Surgiu um slogan no norte do país que talvez é o que melhor reflete os

anseios do povo brasileiro: "Arroz, feijão, trabalho e eleições".

— De que maneira a CUT está encaminhando a proposta de greve geral, especialmente em relação ao Conclat?

— Meneguelli — Nós tiramos delegados da CUT e fomos até o Conclat da Praia Grande para discutir com os delegados presentes um plano de lutas. Nossa participação foi negada dizendo que provocaria animosidade no plenário. Procuramos, então, os companheiros do Conclat e realizamos com eles uma reunião no dia 19 de dezembro e levamos até eles uma proposta bastante clara, para que, juntos o Conclat e a CUT, convocassem uma plenária do movimento sindical nacional para discutir a greve geral e todo o plano de lutas aprovado no congresso de São Bernardo. A princípio os companheiros aceitaram a proposta. Marcamos outra reunião para o dia 23 de fevereiro para concretizar a convocação. Os companheiros não compareceram, e até agora não justificaram o seu não comparecimento. É simples de explicar. Há setores do Conclat que já saltaram uma nota oficial onde se dispõem a fazer um pacto com o PDS com o intuito de conseguir a legalização do seu partido. Estes

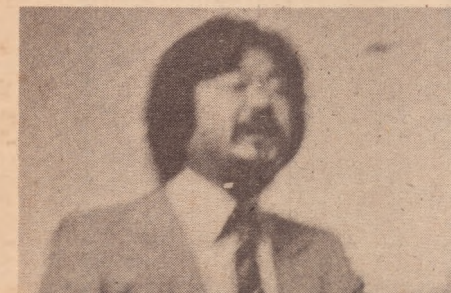
jamais partirão junto com os trabalhadores na busca das suas reivindicações. A CUT encaminhará a proposta da greve geral com todos os setores políticos e sindicais. Não procuraremos mais a Conclat como entidade, e sim aqueles sindicalistas dispostos a discutir a greve geral. Para a convocação da greve temos como referência o mês de abril. Ele é importante por dois motivos: em primeiro lugar, pela votação da emenda Dante Oliveira que provavelmente acontece neste mês e, em segundo lugar, porque em abril a ditadura militar faz 20 anos e essa data não pode passar despercebida do povo brasileiro.

— Qual é a posição do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo e da CUT em relação aos partidos que defendem o encerramento da campanha pelas diretas depois da votação da emenda no Congresso Nacional?

— Meneguelli — Mesmo que o PMDB e outros partidos acabem aceitando o Colégio Eleitoral e mesmo que cheguem a participar de qualquer acordo com o governo para as eleições, nós continuaremos essa campanha, até que o governo entenda definitivamente que o povo brasileiro é quem tem de escolher os seus representantes.

Organizar a classe na luta pela democracia

Luís Gushiken



— Qual o papel que o movimento sindical deve cumprir na luta pelas eleições diretas?

— Gushiken — Esta é uma discussão que nós da CUT estamos fazendo. A meu ver, o movimento operário tem que cumprir um papel decisivo na luta democrática. Nós sabemos que num país como o Brasil, a burguesia não tem condições de resolver o problema da democracia em sua plenitude. Só os trabalhadores podem levar esta luta até as últimas consequências.

O dirigente cassado do sindicato dos bancários de São Paulo, e atual coordenador da secretaria sindical do PT explica porque é decisiva a participação do movimento operário na luta pela democracia.

A CUT, a Conclat têm que fazer um esforço para empurrar ao máximo para diante esta campanha pelas eleições diretas. A forma de engajamento do movimento sindical, é lógico, varia muito: vai desde a participação nos comitês unitários, até, por exemplo, a formação de comitês por fábrica, formas próprias de organização da classe nesta luta que é de frente.

Não está descartada mesmo a hipótese de se fazer greve na luta pelas diretas. Se os trabalhadores utilizarem a sua força de pressão a fundo nesta luta, podemos inclusive deslocar a direção desta luta das mãos, do controle dos partidos burgueses.

Enfim, é preciso ter muito claro de que esta luta tem um enorme interesse para os trabalhadores. E nós devemos entrar nela, preservando as nossas formas próprias de organização e levantando as bandeiras que são próprias do movimento sindical como as referentes ao salário, ao emprego, à liberdade sindical.

— Até que ponto esta consciência da importância da luta democrática para o movimento operário pode ser prejudicada por uma visão economicista, de que o importante é a luta por reivindicações econômicas, visto que, sabemos, é ainda muito disseminada no movimento sindical?

— Gushiken — Sim, isto pode retardar o engajamento dos trabalhadores na luta pelas diretas. O fato desta consciência estar muito presente no movimento

sindical é fruto desses vinte anos de ditadura, da despolitização que ele inevitavelmente trouxe, das fraquezas ainda grandes do movimento. Mas eu acredito que mais forte do que isto é a força do movimento de massas. E há, principalmente nos dirigentes sindicais autênticos, uma enorme sensibilidade para apresentar e dar respostas às pressões e necessidades colocadas pela base.

— Uma pergunta mais específica. Você acha que é correto hoje a CUT assumir a conclamação pela realização de uma greve geral tendo como um dos eixos principais a reivindicação de eleições diretas?

— Gushiken — É correto e importante fazer a conclamação para a unificação das forças do movimento sindical para deflagrar a greve geral. Esta é, sem dúvida, uma proposta realizável a partir das forças já acumuladas no movimento sindical. E a campanha pelas diretas cria um campo propício para o desenvolvimento desta proposta. Mas devemos evitar cair em um pressuposto de que somos capazes de fazer esta greve sozinho e sem um trabalho muito forte de organização.

Se conseguirmos realizar uma greve geral, no momento atual e com estas características, será um avanço histórico, um salto de qualidade imenso para a classe trabalhadora.

— Uma última pergunta: que tipo de resposta deve dar o movimento sindical a uma possível derrota na votação da emenda Dante de Oliveira, fato que provavelmente levará os partidos burgueses a

uma transação no interior do Colégio Eleitoral? Como podemos nos preparar para esta situação desde já?

— Gushiken — Em primeiro lugar, gostaria de lembrar que a resposta a esta pergunta toca em questões que estão sendo objeto de discussões tanto no interior do movimento sindical como no PT. Portanto, o que adianto aqui é a minha posição sobre isso. Para responder a esta pergunta, temos que partir da posição, que este Colégio Eleitoral é espírito e que não devemos aceitar participar dele. É preciso que os trabalhadores apresentem a proposta de um outro foro, um foro soberano, que represente as aspirações populares. E este foro só pode ser o de uma Assembléia Constituinte, soberana e democrática.

Não devemos ver a Assembléia Constituinte, como a burguesia faz, como um local para fazer novas leis. Ela é para nós uma bandeira que pode permitir o avanço da luta democrática e, no curso dela, o desenvolvimento da expressão política e das formas de organização próprias do movimento operário. Por outro lado, não se trata de colocar esta bandeira como alternativa às eleições diretas, pelo contrário, devemos vincular uma à outra.

A meu ver, muitas das dificuldades de se compreender a importância desta bandeira no interior do PT surgiram pela forma muito teórica pela qual o debate foi colocado. Mas, sem dúvida, esta não é hoje uma questão teórica, mas de um alcance prático imediato para o movimento.

O movimento operário na vanguarda da luta pela democracia

O que acontece quando o movimento operário toma as iniciativas, coloca-se no centro da luta política? Esta é uma questão chave para o movimento operário brasileiro que já realizou um ensaio de greve geral contra a política econômica no ano passado e vê os seus esforços para a organização de uma nova greve geral coincidirem com uma ampla campanha contra a ditadura, pelas eleições diretas.

A experiência do movimento operário latino-americano é por demais rica no momento atual para ser ignorada.

No Chile, a iniciativa que abriu um novo período na luta contra a ditadura Pinochet partiu do setor de vanguarda dos trabalhadores, a Confederação dos Trabalhadores do Cobre. Desde o começo de 1977, o movimento operário chileno vinha dando mostras de recuperação mesmo sob as enormes limitações impostas pela legislação sindical. Um período de negociações rigidamente enquadradas, de pressões embrionárias e de poucas conquistas econômicas mas que serviu para avançar na consciência da classe.

Acuados pela crise econômica e pela política do FMI praticada pelo governo chileno, sem encontrar respostas a suas reivindicações, a Confederação dos Trabalhadores do Cobre — a mais importante organização do proletariado chileno com uma base de 24 mil trabalhadores concentrados em quatro centros mineiros — decidiu convocar uma greve nas minas para o dia 11 de maio de 1983. A CTC não apelou para uma greve geral mas prudentemente para uma paralisação do sindicato do cobre com o objetivo de obter o apoio de outros sindicatos considerados chaves como os do carvão e pescado. Mas a resolução se tornou um surpreendente estopim: numerosas organizações sindicais se somaram à iniciativa e um vento reanimador percorreu as bases operárias que se reconhecem nesta convocação.

Sob a pressão da ditadura e frente à debilidade organizativa do movimento, a Confederação dos Trabalhadores do Cobre recuou, mantendo a convocação para uma Jornada Nacional de Protesto. A manifestação foi convocada como um protesto "contra todo um sistema econô-

mico, social cultural e político que vai contra a nossa natureza de trabalhadores". Ele reuniu cerca de duzentas mil pessoas nas ruas, em um protesto que polarizou os jovens, os estudantes, os desempregados e todo o povo oprimido. A 27 de novembro, a maré crescia: eram agora 400 mil em passeata pelas ruas da capital. No natal e na passagem do ano, o Uruguai foi sacudido pelos sons dos cacerolazos, a forma marcante do povo marcar o seu ódio à ditadura.

Sob a pressão da ditadura e frente à debilidade organizativa do movimento, a Confederação dos Trabalhadores do Cobre recuou, mantendo a convocação para uma Jornada Nacional de Protesto. A manifestação foi convocada como um protesto "contra todo um sistema econômico, social cultural e político que vai contra a nossa natureza de trabalhadores chilenos, que tem nos imobilizado com as cadeias do medo e da repressão". E afirmava: "se não nos levantarmos por mudanças estaremos traindo os princípios da democracia e união". O dia 11 de maio se transformaria na primeira grande manifestação de massas nos dez anos da ditadura de Pinochet.

O momento seguinte mostrou que o governo soube aprender bem onde golpear para deter o avanço. Os trabalhadores das minas tiveram milhares de companheiros demitidos e o seu dirigente mais expressivo, Rodolfo Seguel, preso. Sem conseguir dar curso à ofensiva, sob o fogo intenso da repressão, o movimento sindical se viu momentaneamente paralisado.

Mas as jornadas de protesto se sucederem com uma força crescente, tendo agora como principais protagonistas os trabalhadores das chamadas "poblacio-

nes", bairros da periferia de Santiago. De novo a repressão se volta com especial força sobre estas localidades, fazendo dezenas de mortos.

A atual situação mostra o completo isolamento político da ditadura Pinochet, o impasse das negociações das oposições burguesas tendo em vista uma transição controlada e um esforço do movimento operário para colocar em pauta uma greve geral pelo fim do regime. Seguramente, do sucesso desta tentativa dependerá o futuro da luta pela democracia no Chile.

Uruguai: dos cacerolazos à greve geral

"Liberdade, trabalho, salário e anistia" foram as palavras proibidas no Uruguai nos últimos dez anos de ditadura e que voltaram a ressoar com força em Montevideu através do movimento operário. Neste país, o sindicato por ramo industrial foi abolido, as comissões de fábrica formadas sofrem permanentes intervenções e expurgos e até a palavra **sindicato** foi suprimida do vocabulário oficial. Há muito as prisões estão cheias e a tortura mostra a sua face.

A ditadura uruguaia havia sofrido dois reveses seguidos no seu projeto de institucionalização. Mas foi o ato do 1º de maio de 1983 que abriu uma nova etapa na luta contra a ditadura do general Alvarez. Ele reuniu cerca de duzentas mil pessoas nas ruas, em um protesto que polarizou os jovens, os estudantes, os desempregados e todo o povo oprimido. A 27 de novem-

bro, a maré crescia: eram agora 400 mil em passeata pelas ruas da capital. No Natal e na passagem do ano, o Uruguai foi sacudido pelos sons dos cacerolazos, a forma marcante do povo marcar o seu ódio à ditadura.

No último dia 18 de janeiro, a luta entre uma nova etapa. Atendendo a um chamado do Plenário Intersindical dos Trabalhadores (PIT), que reúne 120 associações sindicais, o Uruguai viveu uma greve geral por 24 horas. Na pauta de reivindicações, além das reivindicações econômicas, a exigência de anistia para os 900 presos políticos e os milhares de exilados.

A ditadura reagiu colocando o PIT na ilegalidade, estabelecendo a censura sobre os meios de comunicação, enviando a repressão para guardar as fábricas. Mas os trabalhadores consolidam a sua posição central na luta pela democracia, mantendo a ofensiva: uma nova greve geral, agora mais duradoura, está sendo preparada para o próximo período.

Argentina: Três greves gerais em um ano

A vaga do movimento operário argentino que se expressiu com mais clareza depois da guerra das Malvinas levou o proletariado ao centro da luta contra a ditadura militar. Algumas cifras são ilustrativas: nos meses de julho, agosto e setembro de 1983, quase três milhões de pessoas se mobilizavam em todo o país exigindo melhorias sociais e econômicas. Neste período, as greves foram realiza-

das, em grande parte dos casos, com a oposição da burocracia sindical peronista.

A vaga de politização do movimento de massas, em meio à crise da ditadura desmoralizada pela derrota no confronto das Malvinas, tem um calendário cheio: em 30 de março de 1982, uma passeata de cem mil pessoas em Buenos Aires com os lemas "Pão, paz, trabalho e liberdade", a 2 de abril, já com a guerra iniciada, multidões iam Galtieri na praça; a 6 de dezembro deste ano, a primeira greve geral; no dia 16 de dezembro, uma manifestação anti-ditatorial na Praça de Maio com 150 mil pessoas; em 28 de março de 1983, nova greve geral; a 4 de outubro de 1983, a terceira greve geral dos trabalhadores argentinos em menos de um ano.

Tudo este ascenso do movimento operário, tendo por eixo o movimento sindical, fez afundar estrondosamente o pacto sindical-militar que setores da ditadura militar e da burocracia sindical peronista haviam acertado para conduzir com ordem e segurança a transição argentina.

Bolívia: em um estágio mais avançado

Ao mesmo tempo em que ocorria a guerra das Malvinas, na Bolívia se multiplicavam as lutas populares contra a ditadura de Garcia Meza. Nos dias 28 e 29 de março de 1982 se realizou a primeira de uma série de cada vez mais eficazes greves gerais convocadas a partir da clandestinidade pela Central Operária Boliviana. A reivindicação imediata da greve foi a revogação de uma série de medidas de austeridade decretadas no mês anterior, mas o movimento rapidamente adquiriu um caráter abertamente anti-ditatorial.

Em setembro, iniciou-se uma greve geral por tempo indeterminado seguida de uma marcha de cem mil pessoas em La Paz, a capital. Os militares foram obrigados a convocar o Congresso que haviam dissolvido a ponta da baioneta em 1980 e a ceder a presidência a Hernán Siles Zuazo, eleito no pleito anterior.

Golpear juntos mas caminhar separados

A experiência ensina os limites e as contradições de uma política de alianças mais duradouras com as forças burguesas na luta contra as ditaduras.

O que explica a participação do movimento operário na vanguarda da luta contra a ditadura em vários países chave da América Latina? Uma resposta adequada a esta pergunta teria que ir além do argumento fundamental que o proletariado nos países da periferia é a classe melhor colocada para dar resposta e, à sua maneira, aos problemas da democracia e da subordinação nacional que as burguesias locais, associadas ao imperialismo, não são capazes de dar solução.

Uma das razões principais deste ascenso está ligada à crise econômica do capitalismo, que se desdobra de forma devastadora nos países da periferia capitalista. O endividamento financeiro, a política do FMI imposta aos governos de um sem número de países, é um impulso à politização do movimento operário, à compreensão da necessidade de ultrapassar as reivindicações puramente econômicas.

No entanto, a explicação estaria ainda incompleta se parasse aí. Na verdade, um dos fatores fundamentais dessa vaga de lutas do movimento operário deriva do fato da burguesia e do stalinismo terem perdido ou verem bastante debilitados os instrumentos de controle do movimento operário, do movimento de massas. De um lado, o populismo em sua versão nacionalista entrou em colapso na maioria destes países e sua última expressão, o peronismo, sofre hoje uma crise de largas proporções. De outro lado, os Partidos Comunistas na América Latina, por força da crise geral do stalinismo, da repressão sofrida durante os anos de ditadura e também devido aos seus erros e traições vêm se arrastando em um processo permanente de perda de influência, de debilitamento.

Assim, o movimento sindical em uma série de países, estimulado pela crise, tem passado por fortes processos de radicalização que

superam em muito as experiências marcadas pelo caudilhismo populista ou pela política de alianças privilegiadas com a burguesia, praticada historicamente pelos PCs.

Uma relação contraditória

Com a exceção do Brasil e da Bolívia onde há uma situação mais complexa, onde o movimento operário conta com um partido que expressa a independência de classe e conta com uma influência importante no movimento operário, nestes países este processo de radicalização se expressou ainda partidariamente. A partir daí, há uma relação de alianças táticas e contraditórias com os partidos burgueses liberais nos processos de luta contra as ditaduras.

No Chile, o governo Pinochet através de um seu representante, o ministro Sergio Jarpa, tentou entabular uma negociação com setores dos partidos burgueses reunidos na Aliança Democrática (bloco que tem a hegemonia da Democracia-cristã). Chegaram a haver algumas reuniões mas as negociações chegaram a um impasse devido à radicalização dos protestos.

No Uruguai, o saldo organizativo mais importante das mobilizações é o Plenário Intersindical dos Trabalhadores. A última greve geral naquele país foi praticamente realizada sem o endosso dos partidos burgueses que atualmente pressionam o PIT para refrear a sua dinâmica.

Na Argentina, a relação do movimento operário com os partidos burgueses, no caso o Partido Radical de Alfonsín, é nublada pela crise do peronismo. Como vimos, um dos fatores que levou o peronismo a entrar em choque com o ascenso do movimento de massas foi a sua intenção de negociar uma transi-

ção com a ditadura. Sem ter nas eleições uma expressão própria com força os trabalhadores votaram em larga escala em Alfonsín. Atualmente, com o governo de Alfonsín adotando uma política de austeridade, a tendência é este se chocar com o combativo movimento operário argentino.

Na Bolívia a contradição entre a radicalização do movimento operário com os partidos burgueses aliados taticamente no processo de luta contra a ditadura de Garcia Meza, encontra-se em um estágio mais avançado. Os trabalhadores, hoje rechaçando a política do FMI praticada pelo governo da UDP de Siles Suazo, reivindicam o controle operário sobre as empresas privadas e participação majoritária no governo. E, de fato, já dirigem a principal empresa estatal, a Comibol.

Durante o último período, ao mesmo tempo em que vem se debilitando a influência do PC do MIR e principalmente do MNRI — as três principais componentes da UDP —, no interior da COB, tem crescido a influência do PS-1 (que obteve cerca de 10% dos votos nas eleições que elegeram Siles Suazo e que teve a sua principal liderança, Marcelo Quiroga assasirado quando do golpe militar) e de outras organizações à esquerda, como o Partido Operário Revolucionário (POR-Unificado). No entanto, ainda não se criou um partido capaz de expressar politicamente a força e a representatividade da COB.

Enfim, a situação nestes países coloca, pela negação, a necessidade de um partido próprio do movimento operário. A prática da independência de classe na luta pela democracia. Enfim, nas relações com os partidos burgueses liberais, o velho lema de golpear juntos mas caminhar separados.

EXCLUSIVO

Paulo Renato Paim

Nicaragua

Em cada fábrica uma trincheira da revolução

A solidariedade internacionalista dos trabalhadores brasileiros à revolução centro-americana nunca foi tão importante. Paulo Renato Paim esteve recentemente na Nicarágua, a convite da Frente Sandinista.

EM TEMPO foi ouvir o relato de viagem do Secretário da CUT.

Por Paulo Cezar da Rosa

— Como foi a sua viagem à Nicarágua?

Paim — Nós fomos lá a convite da Frente Sandinista. Eles fizeram questão de responder todas nossas perguntas, mostrar tudo o que quisemos ver na Nicarágua. No aeroporto fomos recebidos pelo secretário-geral da Central Sandinista de Trabalhadores e presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Rurais. A gente chegou à noite, depois do toque de recolher e em cada quadra se podia ver um jovem sandinista, de fuzil na mão, fazendo a ronda. A caminho do hotel, o que nós pudemos perceber ainda é que em cada fábrica, em cada escola, tinha um painel dizendo: "cada fábrica, uma trincheira invencível da revolução".

Como foram alguns bispos brasileiros conosco, o primeiro encontro que tivemos na manhã seguinte foi com padres nicaraguenses que estão do lado da revolução.

— Como assim?

Paim — É que a igreja oficial está contra a revolução. O bispo de Manágua, que chefia esta igreja, diz que a revolução traiu seus princípios e está contra o cristianismo. Depois deu para ver bem que isso não é verdade. O que está acontecendo é que a igreja está contra o sandinismo e a favor dos contra-revolucionários.

— E o encontro com os padres sandinistas? Como foi?

Paim — O padre Molina, que falou com a gente, explicou que para eles não existe contradição entre o cristianismo e a revolução. Segundo ele, durante a luta contra o somozismo, muitos padres foram percebendo que para construir uma nova sociedade não adianta só rezar, mas é preciso lutar. E essa disposição de luta deu pra ver que é séria em todo o povo nicaraguense. Eles estão dispostos a não aceitar jamais a volta do domínio norte-americano. **Pátria Livre ou Morrer** na Nicarágua não é slogan vazio. Todos estão dispostos a isso.

— Mas e o Comandante Zero, o Eden Pastora, não semeou confusão no povo nicaraguense? Como é vista a direção da Frente Sandinista pelos trabalhadores e o povo?

Paim — O comandante Zero é um "traidor da pátria". Isso é dito por todas as bocas. O povo nicaraguense não tem mais dúvidas de que Eden Pastora se passou para o lado dos imperialistas e está contra a sua revolução. Porque a revolução lá é um processo de massa, não é vista como algo dos quadros da Frente Sandinista. Cada trabalhador considera a revolução como sua.

Numa missa em homenagem a alguns mortos na frente de batalha, podemos perceber que o povo venera mesmo seus mortos. Os dirigentes da Frente Sandinista são muito respeitados, mas também são criticados livremente.

— A indústria na Nicarágua é pouco desenvolvida, são fundamentalmente fábricas para a substituição de importações. Você chegou a visitar alguma fábrica?



Tomás Borge, Daniel Ortega, dirigentes da CST e da CGT em uma manifestação em Manágua

Comitê de apoio aos povos da América Central

Criado em março de 1983, junto à Comissão de Justiça e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS, aberto à participação de partidos políticos, entidades de classe e personalidades da sociedade civil brasileira, o COAPAC — Comitê de Apoio aos Povos da América Central, luta por 1. defesa da soberania dos povos da América Central; 2. defesa do governo sandinista e pelo direito do povo nicaraguense a se governar; 3. reconhecimento do direito do povo salvadoreño de usar todas as formas de luta para conquistar liberdade e justiça social; 4. contra a ocupação militar de Honduras que tem como finalidade subjugar o povo hondurenho e usar o seu território como trampolim para agressões contra países vizinhos; 5. defesa das liberdades democráticas na Costa Rica e contra a utilização de seu território como santuário de bandos armados financiados pela Central de Inteligência Americana (CIA) que põe em perigo as relações amistosas da Costa Rica e Nicaragua; 6. defesa dos direitos do povo panamenho de recuperar as zonas ocupadas pelos Estados Unidos; 7. pelo apoio irrestrito ao povo guatemalteco, que desde o golpe de 1954 contra o legítimo governo de Juan Jacobo

Arbenz, sofre constante intervenção da CIA.

O Comitê é coordenado por uma executiva composta pelo Centro de Educação Católica, Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Sindicato dos Bancários, Comitê Brasileiro pela Anistia e Pastoral Universitária. Neste seu primeiro ano de existência, organizou debates a partir de filmes e audiovisuais em cidades do interior um ato público em setembro de 83 como parte da Jornada Nacional de Solidariedade à Nicarágua, um protesto contra a intervenção norte-americana em Granada; e a Campanha S.O.S. NICARÁGUA que, encerrando-se esta semana, durante três meses coletou medicamentos que agora, junto com Rio e São Paulo, serão enviados ao governo sandinista.

No início de fevereiro, o Comitê promoveu um debate com Paulo Paim, secretário-geral da CUT, que relatou sua recente viagem à Nicarágua e debateu suas experiências vividas na luta dos trabalhadores de outros povos. Esta semana será realizado um Ato na Praça Sandino, em Porto Alegre, marcando os 50 anos de presença desta principal referência histórica do povo nicaraguense.

Paim — Eu visitei uma fábrica estatal. Existem ainda muitas fábricas privadas. Só as que pertenciam aos somozistas foram expropriadas. Mas mesmo nas privadas existe uma fiscalização por parte dos trabalhadores. Todas as empresas privadas são obrigadas a ter um delegado sindical com acesso a tudo dentro da empresa. Desde os índices de produção até os lucros da empresa. Os trabalhadores na Nicarágua têm uma preocupação muito grande em aumentar a produção porque sabem que isso é importante para a revolução, para eles próprios, na medida em que os lucros das empresas tem um teto máximo.

Na fábrica estatal eu perguntei quais eram as principais reivindicações que os

trabalhadores tinham e eles me disseram que eram três: defesa anti-aérea, barricadas em volta das fábricas e armas ao alcance da mão.

Nas fábricas estatais existe uma espécie de co-gestão entre o estado e os trabalhadores. Os trabalhadores podem recusar, mas os técnicos são indicados pelo estado e os trabalhadores dirigem a fábrica.

— Você visitou também as prisões e teve uma entrevista com dirigentes da Frente Sandinista. Como foram estes encontros.

Paim — Eu visitei uma prisão modelo. Os dirigentes da Frente reconhecem que o tratamento dado aos presos não é dos melhores porque toda a estrutura car-

cerária foi herdada do somozismo e a revolução ainda não teve condições de construir prisões mais humanas. Mas vários somozistas nos disseram que não esperavam um tratamento tão bom por parte dos sandinistas. Eles acreditavam todos que iam ser fuzilados.

Nós conversamos com o ministro Tomás Borge, do Interior. Ele nos perguntou se concordávamos que os Estados Unidos tivessem direito de invadir algum país. Ele acha que não e disse claramente que o povo nicaraguense vai lutar até a morte contra uma intervenção. Para eles, a revolução vai ser defendida mesmo que precise transformar a Nicarágua num novo Vietnã. A Nicarágua tem perto de três milhões de habitantes e 700 mil homens e crianças já estão armados. Porque lá todos são jovens e mesmo as crianças estão de armas na mão. Eu perguntei a um outro dirigente da Frente Sandinista como eles viam isto e ele me disse que tentou convencer seu filho de treze anos a devolver o fuzil. Ele acabou sendo convencido por seu filho de que as crianças também são cidadãos e sofreriam mais ainda que os mais velhos nas mãos dos contra-revolucionários.

Eu até me surpreendi com estas coisas. Me surpreendi também com a consciência de classe que tem os trabalhadores na Nicarágua. E com o grau de organização do povo. Todos têm claro que a revolução não está consolidada e neste momento isto é o mais importante.

O boicote dos países capitalistas é muito forte. Mesmo que o grau de democracia existente na Nicarágua não seja comparável a nenhum outro da América, existe uma cobrança muito forte no exterior. Por isso o governo marcou eleições para 85. Tomás Borge não acredita que a Frente Sandinista faça menos que 70% dos votos. Ele nos disse isto.

A revolução já conseguiu alfabetizar quase 90% da população. A frente sandinista mantém uma escola de quadros permanentes. Eles sabem que a ignorância facilita a manipulação pelos contra-revolucionários.

— E no campo, como tem se desenvolvido a revolução?

Paim — Quando eu fui pro norte, que é uma região de confronto, deu pra ver que a Nicarágua é um país agrícola. Eles produzem principalmente algodão, café, carne e açúcar. Duas mil fazendas foram expropriadas dos somozistas. Lá eles têm as grandes fazendas coletivas, que são as que mais produzem, as fazendas que foram doadas aos camponeses sem terra, onde estes só não podem vender ou passar como herança, e as fazendas privadas. No campo deu pra ver uma grande presença de internacionalistas, principalmente norte-americano. Então o povo norte-americano não é contra a revolução, mas o governo e os capitalistas. Essa presença de internacionalistas na Nicarágua — quanto mais brasileiros forem para lá é melhor — é importante porque é um freio à intervenção norte-americana.

LÍBANO

A primeira derrota de Reagan

A ofensiva xiito-drusa coloca em cheque a estratégia do imperialismo para o Líbano e converte o regime de Damasco em um interlocutor necessário.

Osmar Portugal Filho

O encouraçado norte-americano New Jersey, a mais poderosa embarcação de guerra não nuclear do mundo, desfecha pesado bombardeio contra posições drusas e sírias nas montanhas de Aley e Metn, a leste de Beirute. Caças-bombardeiros baseados nos porta-aviões da 6ª Frota também participam do ataque. Uma aldeia é completamente arrasada; mais de uma centena de civis — velhos, mulheres e crianças — são destruídos. Estamos no dia 8 de fevereiro de 1984.

Paralelamente ao bombardeio, dá-se início à operação de transferência dos marines, sediados no aeroporto internacional de Beirute, para as vinte e cinco embarcações de guerra ianques fundeadas em águas libanesas. Londres, sem aviso prévio, retira seus 115 soldados para o navio Reliant.

O Pacto de 1943

Independente da metrópole francesa, o Líbano converteu-se no principal centro financeiro e comercial do Oriente Médio. Em Beirute passam a localizar-se sedes de importantes bancos norte-americanos e europeus, hotéis elegantes e filiais de grandes magazines. Desse novo status vai beneficiar-se reduzida parcela da população libanesa: a burguesia cristã-maronita e a burguesia muçulmana.

Em 1943, isto é, no mesmo ano da independência, essas burguesias, agentes da penetração do capital ocidental no mundo árabe, assinam o "Pacto Nacional", pelo qual o Líbano é definido como sendo um Estado confessional, em que o poder se deve distribuir entre as diversas comunidades político-religiosas, segundo a importância demográfica a cada uma assinalada pelo censo de 1932. Aos cristãos-maronitas couberam a presidência da República e postos-chave na hierarquia do exército. Aos sunitas tocou o primeiro-ministério e os xiitas, a presidência do Parlamento. As demais comunidades se viram proporcionalmente representadas no aparelho de Estado e no exército, de acordo com o critério acima referido, ou seja, o de sua importância demográfica.

A guerra civil

Esse precário sistema de equilíbrio, elaborado pelos setores dominantes como maquiagem de democracia e liberalismo, é definitivamente rompido em abril de 1975, quando eclode a guerra civil, opondo muçulmanos a maronitas. A luta de classes se dissimula sob a capa do confessionalismo. A burguesia maronita, dirigente de milícias assassinas, luta para manter seus privilégios, contra um povo faminto, alentado em sua revolta pelo exemplo dos palestinos, que, desde 1948, começaram a instalar-se em território libanês. Para abocanhar novas parcelas de poder e, assim, ampliar seus privilégios, a burguesia muçulmana (sunita, xiita, drusa) une-se às massas em combate.

É importante notar que, já nessa primeira fase (1975/1976) da guerra civil libanesa, EUA, Israel, cristãos-maronitas e Síria comungam um mesmo objetivo: esmagar a resistência palestina. Assim, os maronitas, municiados de armas por Washington e Tel Aviv, contarão também com a preciosa colaboração do exército de Hafez Assad, da Síria.

Com a tácita aprovação do então secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger — para quem, atuando como força conservadora, freadora do avanço das massas muçulmanas libanesas e palestinas, à Síria dispensaria qualquer intervenção direta do Ocidente. Damasco injeta tropas na trama dos conflitos em curso. Contra muçulmanos libaneses e contra palestinos, guerrilheiros ou não, as forças de Hafez Assad perpetraram verdadeiros massacres, destacando-se entre eles o do campo de refugiados palestinos de Tall el Zaatar (12/agosto/1976), em que milhares de civis foram dizimados.

Passando pelo acordo do armistício de 18 de outubro de 1976, pela invasão israelense de junho de 1982, pela imposição do clã protofascista dos Gemayel no poder, pelo acordo israelo-libanês de 17 de maio de 1983,



O exército libanês: derrotado

Quem é Quem no Líbano



O xiita Berry



O druso Jumblatt



O cristão Gemayel

Maronitas (cristãos)

De São Marão. Sua principal organização político-militar é a Falange (Kataeb), fundada, em 1936, como organização paramilitar imbuída de ideologia nazi-fascista, pelo xeque Pierre Gemayel, pai do atual presidente libanês. Vinculada, sem mediações, ao capitalismo monopolista internacional.

Drusos ou Darazitas

Dissidência do xiismo, datando do século XI. A denominação da seita advém de Al Darazi, seu pregador no Líbano. Sua principal organização político-militar é o partido Socialista Progressista, fundada, na década de 40, pelo grande proprietário fundiário Kamal Jumblatt. Vinculado, desde os anos 50, ao nacionalismo nasserista e ao pan-arabismo. Reformista, propugna a reforma da Constituição (como a laicização do Estado) e a reorganização do Exército.

Xiitas

Sua principal organização política é o "Movimento dos Deserdados", fundado, em 1973, pelo imã Mussa Sadr, mais tarde assassinado na Líbia. Com o advento da guerra civil, em 1975, Sadr se dá conta da necessidade de se ter um braço armado e, assim, cria o Amal (Esperança), cujo dirigente máximo é, hoje, o reformista Nabih Berri. Ideologicamente, o Amal, assim como o PSP, está ligado ao nacionalismo nasserista e ao pan-arabismo. O Irã de Khomeini exerce forte influência sobre suas bases.

por períodos de relativa calma e picos de tensão, a conflagração libanesa vem desembocar nos dias atuais.

A ofensiva muçulmana

A irresistível ofensiva xiito-drusa do 2 de fevereiro, pela retomada de setores de Beirute-Oeste, de onde os muçulmanos foram parcialmente expulsos, em 1982, pelas tropas israelenses, coloca contra a parede a estratégia (ou ausência de estratégia) do imperialismo norte-americano para a região.

Frente ao esfacelamento puro e simples do exército regular libanês (milhares de soldados muçulmanos, já aos 4 de fevereiro, se passam, com armas e tudo, para o lado de seus irmãos de fé), o presidente Ronald Reagan decide-se pela retirada dos marines de Beirute. A morte de mais fuzileiros navais, pelas mãos de um povo em armas, seria o fim de qualquer sonho de sua reeleição para presidente.

Amin Gemayel, isolado no palácio presidencial de Baabda, acena à oposição com um programinha de reformas (que, ao que tudo indica, pode vir a chegar até à aceitação do rompimento do pacto israelo-libanês) e de implementação de um governo de coalizão nacional, e solicita instantaneamente ajuda militar a Washington e a Tel Aviv.

Aos EUA, que analisam a iminente queda de Gemayel, não como o início do fim, mas como o signo de abertura de negociações (a movimentação diplomática no eixo Washington-Riad-Damasco tem sido intensa nos últimos dias), só resta, no plano militar, proceder a bombardeios (ostensivos, como os do 8 de fevereiro). Ausentar-se totalmente do conflito libanês é, para o presidente norte-americano, tão perigoso como deixar os marines expostos à morte.

Israel, atravessando uma grave crise econômica e política-institucional, pagando caro a aventura militar idealizada por Begin e Sharon, faz saber a Gemayel que pretende continuar a defender, mediante a ocupação do sul do Líbano, o seu flanco norte, e, apesar das pressões da Casa Branca, o adverte sobre os riscos que podem advir do rompimento do acordo de 17 de maio de 1983.

O oportunismo sírio

Os xiitas e drusos, que ora detêm completo domínio sobre Beirute-Oeste e que, pela voz de Jumblatt, anunciam a criação de um exército patriótico, são armados por Hafez Assad, que, contrariamente a Reagan e aos mandantes israelenses, demonstrou grande senso de oportunidade e soube desenvolver um eficiente sistema de alianças político-militares, que, hoje, lhe possibilita exercer um controle quase total sobre o território libanês.

Altera-se a correlação de forças internamente ao mundo árabe e no Oriente Médio como um todo.

Os combates de fevereiro de 1984, comparáveis em violência aos da chamada "guerra da montanha" (setembro de 1983), convertem a Síria em carta de relevo no contexto médio-oriental.

Já não estamos mais em maio de 1983, quando o imperialismo-sionismo, fazendo caso omissivo dos interesses sírios, negociam um pacto espoliador com o governo títere do Líbano.

Sabedora dessas coisas, a burocracia do Kremlin envia, ainda este mês, a Damasco o vice-premier Geidar Aliev. Objetivo: coordenar a política militar sírio-soviética, de modo a impedir que Damasco venha a se chocar com outros aliados soviéticos (Irã, p.ex.) na região.

Negociações

Chutar as tropas israelenses para fora das terras do Líbano é agora imperioso. Mas, sentar à mesa de negociações com o imperialismo, pisando em cima dos sauditas e buscando obter novas e mais substanciais vantagens, também o é.

Quanto ao Líbano, embora seja ainda muito precoce fazer previsões, podemos arriscar que ele se encaminhará rumo a uma nova realidade constitucional, instauradora de um Estado laico. Será, sem dúvida, um avanço.

A máscara de Alfonsín Em defesa dos montoneros

Prosseguindo na sua estratégia de igualar as ações armadas de esquerda ao genocídio de 30 mil argentinos promovido pela ditadura, o governo Alfonsín pediu ao governo brasileiro a extradição de dois dirigentes montoneros exilados no Brasil. Um deles, Mario Firminich está hoje preso no Rio de Janeiro, confinado em uma cela com péssimas condições carcerárias e junto a presos comuns. O outro, Fernando Vacá Narvaja, foragiu-se ao tomar conhecimento da ordem de prisão expedida. Ao que tudo indica, o governo brasileiro deverá atender ao pedido de extradição feito pelo governo argentino.

Os montoneros foram um grupo nacionalista, da esquerda peronista, que optaram pelas ações armadas no processo de luta contra o regime militar instaurado em 1966. E sofreram com isso toda sorte de

violências e atrocidades. E permaneceram na clandestinidade e no exílio durante todo o período da ditadura.

O governo argentino alega para a extradição a existência de vários processos por "associação ilícita". Do ponto de vista jurídico, portanto, os montoneros estão sendo julgados com base em uma lei da época da ditadura militar. Do ponto de vista político, embora se possa criticar como incorreta a orientação política dos montoneros, o que estava em jogo fundamentalmente era a reação a uma ditadura que utilizava todo o peso do aparato repressivo contra os trabalhadores e a esquerda.

Na verdade, além de buscar respaldo junto aos militares, se colocando em uma posição de aparente neutralidade, o governo Alfonsín utiliza estes processos



como forma de debilitar ainda mais o peronismo, com o qual vem travando uma luta intensa para ter o controle do movimento sindical.

O Comitê Brasileiro de Solidariedade aos povos da América Latina já está articulando uma campanha pela libertação e pelo reconhecimento da condição de exilado político dos dirigentes montoneros. Campanha que deve ter todo o apoio dos trabalhadores brasileiros.

El Salvador

FMLN propõe governo provisório

"Intervenção direta" ou derrota iminente — propôs o relatório Kissinger para a América Central. A situação mais crítica para os EUA está em El Salvador, onde há, cada vez menos, alternativas políticas.

Sob pressão norte-americana foram convocadas eleições presidenciais para 25 de março. Concorrerão forças políticas de direita (democratas-cristãos) e ultra-direita (esquadrões da morte). O candidato mais forte é o atual presidente da Assembléia Constituinte, coronel D'Aubuisson. Foi acusado semanas atrás por Robert White, ex-embaixador ianque em El Salvador, de ser precisamente quem planejou e ordenou o assassinato do arcebispo Dom Oscar Romero.

D'Aubuisson goza de tanto repúdio a nível internacional, que até o governo americano impediu-o de entrar nos EUA. Sua eleição resultaria no total isolamento internacional do governo salvadoreño.

O outro candidato importante é o democrata-cristão Napoleón Duarte que já representou uma alternativa relativamente aceita pela comunidade internacional quando os democratas-cristãos governavam a Venezuela. Afinal de contas, estavam bastante próximos para dar todo seu apoio para massacrar "democraticamente" o povo salvadoreño. Atualmente, com a derrota eleitoral dos democratas-cristãos pelos social-democratas na Venezuela, os EUA perderam o único respaldo regional importante para sua alternativa "moderada".

A crescente radicalização das alternativas políticas no final de 83, se manifestou quando a Assembléia Constituinte de El Salvador suspendeu a aplicação da "segunda fase" da reforma agrária impulsionada por assessores americanos. A medida demonstrou a total negativa da burguesia salvadoreña de fazer qualquer tipo de concessões e, por conseguinte, a acelerada perda de

bases sociais para a "pacificação" do país.

Por sua vez, a guerrilha abriu novas frentes de combate perto da capital, poucas semanas depois de provocar sucessivas derrotas ao exército no início do ano. Simultaneamente, seus representantes manifestaram a predisposição a entabular negociações políticas com o governo para a pacificação do país. Seriam pontos desta negociação: o estabelecimento de um governo provisório com a participação de todas as forças políticas (inclusive a guerrilha), desmantelamento do exército e sua reconstituição sobre novas bases, entre outros.

Estas medidas não são aceitas nem pelos americanos nem pela direita salvadoreña. Seu isolamento internacional tende, portanto, a crescer, ao mesmo tempo que permite a atração mais ampla de simpatias pela guerrilha entre as forças políticas internacionais moderadas.

Nicarágua

FDN e Arde cerram fileiras

Apesar da Nicarágua ter enfrentado uma situação de economia de guerra nos últimos quatro anos, o país tem conseguido importantes avanços. Não obstante o aumento dos ataques contra-revolucionários financiados pela CIA (que já provocaram perdas de 300 milhões de dólares), a economia nicaragüense cresceu 5% em 1983. No mesmo período, a economia latino-americana em seu conjunto sofreu a sua mais forte recessão nos últimos cinquenta anos, com uma queda de 3%.

Nos últimos dias, o governo sandinista, contando com um forte apoio dos trabalhadores, dos pequenos produtores privados e de outros setores populares, deu a conhecer um ante-projeto que prevê eleições para a Assembléia Constituinte e para a presidência do país em 1985.

O ante-projeto contempla a substituição da atual Junta de Governo por um presidente e um vice-presidente e propõe a eleição de

uma Assembléia Nacional que nos dois primeiros anos de funcionamento teria poderes constituintes. Foi divulgado também um projeto de Lei Eleitoral que estabelece o direito à organização partidária, paralelamente ao uso equitativo dos meios de comunicação e de um subsídio governamental para as campanhas eleitorais.

Buscando boicotar este processo, o governo americano promoveu a unidade dos dois grupos contra-revolucionários atualmente em ação na Nicarágua: Aliança Revolucionária Democrática (ARDE) de Eden Pastora e a Frente Democrática Nicaraguense, formada por ex-guardas somozistas. A aliança dos dois grupos, após os sucessivos fracassos dos planos de estabelecer uma zona sob seus controles na Nicarágua no ano passado, é uma tentativa de revitalizar as ações de fustigamento ao governo sandinista.

Júlio Cortázar (1914-1984)

Solidário na ficção e na realidade

O escritor argentino Júlio Cortázar morreu no último dia 10 de fevereiro, em Paris, de leucemia. Contista, novelista, poeta e tradutor, Cortázar construiu, com sua obra, um mundo cheio de personagens e tramas fantásticas, captando sentimentos, impressões e evocações. Os críticos literários o comparam a outro escritor notável, Octavio Paz, do México, autor polêmico, sempre preocupado com a estética literária.

Cortázar, autor de páginas inventivas e não menos polêmicas, diferenciava-se do mexicano em um ponto: nunca se furtou a colocar seu gênio literário a favor dos oprimidos. Defensor da revolução cubana desde o seu início, escreveu muitos artigos contra o imperialismo e a favor da paz. Quando, em

1973, recebe o prêmio Médicis de Literatura, doou o dinheiro à resistência chilena contra Pinochet. Recentemente, manteve as relações mais fraternas com a revolução nicaragüense. Escreveu "Nicarágua, tão violentamente doce" e doou os direitos autorais à Junta de Governo desse país. Deixou a Argentina ainda na década de 50, por não concordar com o golpe militar que depôs um governo eleito. Voltou somente na época da posse de Alfonsín, mas não para ficar. Naturalizara-se francês em 82. Preferiu retornar a Paris e é lá que foi enterrado.

Tudo o que se poderia dizer desse extraordinário escritor está resumido na fala de um dirigente sandinista: Foi "solidário com o gênero humano, na ficção e na realidade".

EUA e Inglaterra

Pressão sobre a UNESCO

Após os Estados Unidos, é a vez da Inglaterra chantagear a UNESCO (organismo da ONU dedicado à educação, ciência e cultura). O governo inglês promete se retirar da entidade até o final do ano se não ocorrerem "mudanças profundas na política e na gestão da organização". Em dezembro do ano passado os EUA haviam anunciado publicamente a decisão de se retirar da UNESCO até janeiro de 1985.

A UNESCO, fundada em 1945, tem hoje 161 países membros e é sediada em Paris. Nela, cada país tem o direito a um voto e, ao contrário da Comissão de Segurança da ONU, as cinco potências não têm direito de vetar decisões. As deliberações, tomadas com pelo menos dois terços dos votos, têm sido sistematicamente contrárias aos interesses do imperialismo norte-americano, refletindo a participação dos chamados países do terceiro mundo.

No centro dos conflitos atuais está a decisão da UNESCO de estimular a criação de uma agência de notícias do Terceiro Mundo, que dinamize a produção e o fluxo de notícias internacionais e seja uma alternativa ao amplo predomínio das agências dirigidas pelas grandes potências. Como se sabe, há através do monopólio nas agências internacionais uma sistemática privilegiamento de temas de interesse político destes países.

A anunciada saída dos EUA e Inglaterra, se concretizada, significará um forte baque nos programas da UNESCO. Apenas os EUA, são responsáveis pela dotação de 25% das verbas da entidade. Com isso, ficarão prejudicados os esforços da UNESCO no campo da educação em um momento em que se estima que o número de habitantes alfabetos no planeta, no ano 2 mil, alcançará um bilhão.

PERSPECTIVA internacional n.º 7

Em todas as sucursais do EMTEMPO

Editorial

A democracia operária não é um luxo

Argentina

Alfonsín e a classe operária — *Marcelo Zugadi*

Nicarágua

A trajetória da revolução sandinista face ao imperialismo — *Daniel Jebrac*

Cuba

Partido, organizações de massa e poder popular em Cuba — *Jean Pierre Beauvais*

O auge popular na América Latina — *Jesus Montané Oropessa*

Dossiê Movimento de Mulheres

Os homens se beneficiam com a opressão das mulheres? — *Yvone Taylor e Judy Watson*

A concepção marxista da violência contra as mulheres — *Andrea Morell*

Garantias contra a violência sexual — *Heather Dasnher*

Dossiê Movimento Sindical

A CUT e a superação da estrutura sindical corporativa — *Entrevista com Paulo Skromov*

Os sindicatos na época da decadência imperialista — *Leon Trotsky*

As táticas de frente única — *Leon Trotsky*

História do movimento operário

A falência da Internacional Comunista — *Charlie van Gelderen*

Peng Shuzhi (1895-1983)

Farrel Dobbs (1907-1983)

Como sair dessa maré

O perigo da "ameaça estudantil" que outrora preocupava os ditadores é afastado, com a ampliação da capacidade de manobra do MEC e da ditadura. Socialmente, os estudantes são desmoralizados pela mesquinhez de suas propostas, noticiadas como "manutenção de privilégios". Politicamente, são desmoralizados pelas suas sucessivas derrotas, por sua incapacidade de, isoladamente, conquistar suas reivindicações.

Para a grande massa dos estudantes hoje o que está mais colocado e o que é mais sentido é o estrangulamento de suas perspectivas. Dentro da universidade a perda de conquistas históricas e as modificações mediocritizantes: ela tem cada vez menos a oferecer. Fora um futuro pouco gratificante (burocrata, subalterno mal remunerado, etc.) e o crescente desemprego. Limita-se o acesso à cultura e as formas de auto-realização pessoal. Entre a inquietude e o conformismo dos estudantes, o movimento estudantil não aparece enquanto alternativa, um espaço de transformação. A perplexidade e as saídas individuais andam a cerrar ouvidos...

As principais questões debatidas nos Conebs, Conegs e Congressos podem ser codificáveis para os estreitos círculos participantes nestes foruns, mas são completamente incompreensíveis para a massa estudantil. Não correspondem a um processo político a partir da base do movimento e não se traduzem em alternativas concretas de ação organizada. As principais resoluções ressoam cada vez menos: seu destino muitas vezes é ... a gaveta! As instâncias autonomizam-se em relação às bases, desalojando o sujeito político e o espaço de intervenção direta.

A luta nas bases

E tudo isto não ocorre sem movimento. Os Encontros por curso, precursosres da UNE, são hoje palcos privilegiados de discussão da relação Universidade/Sociedade no tocante à área profissional — função social, currículo, mercado de trabalho — e à política do governo no setor. Problematizam e apontam alternativas, inclusive mobilizações. Em 83, inúmeros foram os dias nacionais de luta em vários cursos, associando os estudantes às entidades profissionais e levantando questionamentos à toda população. Como entender o

avanço de qualidade no conteúdo das discussões e a participação massiva nestes encontros em frontal contraste com o esvaziamento das instâncias gerais do movimento estudantil?

Cabe perguntar o mesmo em relação às inúmeras mobilizações radicalizadas e politizadas como a da UFSCAR, UNESP, Católica de Minas Gerais, etc., que não encontram nas instâncias do movimento um canal para a sua revitalização e generalização por outras universidades. Estas mobilizações não são comportadas pelas atuais estruturas gerais do movimento estudantil porque elas trazem os elementos de negação ao que tem sido dominante nestes palcos de discussão. Tanto no sentido de atasar o economicismo e especificismo reinantes, globalizando a relação Universidade/Sociedade e estabelecendo vínculos com a população, como no sentido de superar a dinâmica dos estreitos círculos, através da participação direta da massa como sujeito político do processo.

É o que nos mostra as experiências de luta já esboçadas em algumas universidades no ano que passou.

Na UFSCAR a mobilização dos estudantes, professores e funcionários teve como centro desde o início a questão da democratização da universidade. Após um longo processo de lutas a comunidade universitária conseguiu que suas deliberações fossem parcialmente aprovadas pelo Conselho Universitário, chegando até a forçar o referendo do nome do reitor eleito diretamente pelo voto paritário. Frente a intervenção do governo federal que não aceitava estas regras do jogo, os estudantes ocuparam a reitoria, o que por sua vez foi respondido com a invasão e repressão das tropas de choque da ditadura. Da mesma forma que foi massiva a participação no movimento, houve uma solidariedade ativa da população.

Democracia já

Na Escola de Sociologia e Política de São Paulo a luta começou em torno da questão das



anuidades e do pagamento dos salários atrasados dos professores, associando-se logo à proposta de eleição direta para Diretor. Com a radicalização da luta a escola foi ocupada pelos estudantes e neste processo foram descobertos inúmeros documentos que comprovavam a ligação dos diretores da escola com grupos para-militares e os seus planos de constituir ali um centro de formação de quadros direitistas. Na Católica de MG os estudantes se mobilizaram pela garantia do pagamento da matrícula em janeiro, antes acumulando ao pagamento da 5ª parcela no mês de dezembro, buscando também, a garantia da permanência na universidade dos estudantes desempregados, sem condições de saldar as dívidas. Ocuparam o prédio da reitoria por mais de cinco dias, conquistando a maioria das suas reivindicações. Na saída, um só grito: diretas prá reitor e presidente. Mais uma vez, a questão do poder dentro da universidade, agora vinculada à luta democrática mais geral.

Uma nova política

É preciso uma nova política para orientar o movimento. De nada adianta culpar a diretoria da UNE por "todos os males", propondo como remédio sua simples mudança. Remendar a diretoria? ... um caminho ainda pior. Das contradições do movimento estudantil, enquanto movimento social, às contradições dos estudantes na universidade pós-Reforma Universitária há muito mais por manifestar do que as disputas de aparelho que tornaram-se o fulcro dos embates atuais nas instâncias vazias do movimento.

Esvazia-se a universidade, altera-se a conjuntura política do país, aumenta a insatisfação dos estudantes... enfim, conforma-se uma situação que passa a exigir a reciclagem do movimento estudantil. Nas universidades, as formas de como realizar esta reciclagem são anunciadas, ainda que de maneira localizada, por algumas lutas muito politizadas e radicalizadas. O questionamento ao poder, as invasões de reitorias, a participação ativa dos estudantes possibilitam o redimensionamento da luta econômica conferindo-lhe não só um novo fôlego, mas um caráter essencialmente político. Reside precisamente aí o novo: uma política alternativa que tem como centro principal a luta pela democratização da Universidade.

Poderíamos ouvir dizer: "que novidade, esta luta sempre foi aprovada pelos congressos

do movimento". Ao contrário do que tem sido proposto, não se trata da inclusão de mais um item na pauta de reivindicações, mas da inversão de principalidade do eixo político do movimento: condição para romper os estreitos limites de como as questões econômicas vinham sendo trabalhadas. Do mesmo modo não se constitui numa mera luta democrática, mas na configuração de um espaço privilegiado de enfrentamento político, na medida em que a questão do poder traz a nu como, contra quem e a favor de quem cada um está lutando.

Questionar o poder

A luta pela democratização, ao possibilitar a alteração da relação de forças interna à universidade em contraste com a correlação de forças sociais, cria pontos de conflito como o caso da UFSCAR elucidada. Quando o governo é obrigado a intervir numa universidade, o conflito interno se amplifica, toma dimensões de conflito social. Mesmo havendo um refluxo decorrente de uma situação conjuntural desfavorável, é passível de recolocar-se a questão mediante um novo quadro de forças. A democratização não é uma luta esgotável: à obtenção de conquistas, se sobrepõe novas reivindicações, até chegar os próprios limites da instituição, tornando praticamente impossível a sua absorção por inteiro.

É claro que, por si só, esta proposta é incapaz de sintetizar e globalizar as lutas na Universidade. Cumpre este papel, com toda a atualidade, a formulação: "Por uma universidade pública, gratuita, autônoma e democrática, ao lado dos trabalhadores". Ao nos fornecer uma perspectiva política geral de orientação para o movimento, esta formulação encontra, na luta pela democratização da universidade, o seu principal motor de desdobramento num programa que situe as tarefas do momento.

A conjuntura atual, em que o estrangulamento da crise do regime se manifesta na disputa sucessória, reforça a principalidade que assume esta bandeira: o questionamento do poder dentro da universidade encontra eco com o questionamento do poder na sociedade. Para a grande massa não é difícil estabelecer a ponte entre a luta por diretas prá reitor e presidente. Assim, a relação com a luta mais geral vai além do apelo propagandístico: parte das próprias contradições que a universidade encerra e se articula com o desenvolvimento das lutas sociais.

Os estudantes farão greve geral nacional no dia da votação da emenda Dante de Oliveira.

no dia da votação da emenda Dante de Oliveira.

Nos dias 10, 11 e 12 de fevereiro, no Rio de Janeiro, realizou-se o primeiro Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) deste ano. Com 73 entidades presentes, discutiu-se a conjuntura nacional, os problemas educacionais, a conjuntura internacional e a estruturação da UNE.

Na questão nacional, a discussão centrou-se na greve geral e na campanha pelas diretas. Sobre a greve geral, foi aprovado um apelo da UNE às duas centrais sindicais, CUT e CONCIAT, no sentido de sua preparação unitária. Sobre a campanha pelas diretas, foi decidido a realização de um Dia Nacional de Luta em 28 de março, em protesto contra vinte anos de ditadura militar e em memória a Edson Luiz (estudante secundarista assassinado pela ditadura nesta data, em 1968), e às demais vítimas do aparelho repressivo.

Foi também decidido que a UNE proporá nos Comitês pelas Diretas a realização de Ato Público unitário no dia 31 de março, pelas eleições diretas e pelo fim do regime militar.

Além disso, será realizado um plebiscito nacional sobre essa questão e uma greve nacional dos estudantes no dia da votação da emenda constitucional que restabelece as diretas, sendo que a UNE pede a adesão de todos os outros setores.

No campo educacional, foi deliberado repudiar o fim dos subsídios do MEC aos restaurantes universitários, exigir a democratização das universidades e preparar o boicote contra os aumentos nas escolas pagas. Na questão internacional, foi decidido que a UNE pede a legalização da Plenária Intersindical de

Trabalhadores (PIT) do Uruguai e exige o fim das perseguições e processos contra estudantes que buscam reorganizar seu movimento sob a ditadura paraguaia.

Unidade na ação

Apesar de todas as debilidades que sempre permeiam esse tipo de intância, o CONEG aprovou resoluções bastante razoáveis. Agora é necessário a unidade na ação de todas as correntes do movimento estudantil para efetiva-

mente colocá-las em prática. Em particular, os petistas devem estar à frente desse processo.

Mas houve quem não pensasse assim. Alguns diretores da UEE-SP, liderados pela "ex"-tendência Liberdade e Luta e pela tendência dos autonomistas de SP, tiveram um comportamento deplorável, interrompendo os trabalhos e trazendo à UNE problemas particulares da entidade. Esses senhores, que há três semanas já haviam votado contra a participação da UNE no Comitê Paulista pelas diretas, sem que a diretoria da UEE sequer tivesse discutido a questão e que literalmente saíram correndo da reunião marcada, entre outras coisas, para avaliar essa atitude, resolveram abandonar o CONEG e convocar uma reunião concomitante a este: Foram seguidos por apenas sete entidades e passaram dois dias vociferando "contra as tendências" e procurando resolver suas próprias confusões. Só esperamos que esse tipo de atitude não acabe desembocando no paralelismo em relação às instâncias unitárias do movimento.

Manifestações unitárias, combinando as reivindicações específicas das mulheres com a luta pelas diretas nas principais capitais do país, serão a marca deste

8 de Março de 84

Por Marília Carvalho

As manifestações pelo Dia Internacional da Mulher apresentam este ano algumas tendências comuns em todo o país. A gravidade da crise econômica e o seu impacto sobre o cotidiano das mulheres pressiona o movimento a aprofundar sua compreensão de como a opressão de sexo se expressa e agrava na conjuntura atual. Assim, as bandeiras de luta se atualizam e ganham vida, concentrando-se em torno de alguns eixos.

As mulheres e a crise

A luta contra o controle da natalidade imposta pelo governo, cedendo às pressões do FMI, ganha cada vez maior importância. O projeto expresso no Plano de Saúde Integral da Mulher, do Ministério da Saúde, deverá ser implantado a partir de maio próximo, começando pelos estados do Nordeste. Ao lado desta luta, ganha peso a bandeira pela legalização do aborto.

A violência, que num momento de crise aumenta assustadoramente em todas as suas expressões sociais, atinge particularmente as mulheres. Cresce a violência doméstica — os espancamentos e assassinatos cometidos por maridos e amantes — assim como a violência nas ruas e locais de trabalho, através das cantadas e estupros.

A crise econômica representa também uma diminuição dos gastos do Estado com os setores sociais. Entre outras coisas, isto significa uma ameaça às creches e pré-escolas já em funcionamento e a paralisação de todos os planos de expansão. As principais "alternativas" apresentadas pelos governos estaduais e municípios têm sido a implantação de convênios, onde a creche deixa de ser integralmente sustentada pelo governo, e de "mães-crecheiras", sistema em que uma mãe toma conta de 6 ou 8 crianças em sua própria casa, da forma mais precária possível.

E, finalmente, o crescimento espantoso do setor "informal" da economia atinge de forma

especial as mulheres, empregadas por salários abaixo do mínimo, sem vínculo nem carteira assinada, ou trabalhando a domicílio, por tarefa. O direito ao trabalho, com todas as garantias trabalhistas e com um salário digno é uma luta cada vez mais presente para as mulheres da classe trabalhadora.

A capacidade de combinar este programa de reivindicações específicas contra a opressão das mulheres com a luta contra a política econômica da ditadura e por eleições livres e diretas significa um avanço importante na luta das mulheres. Essa combinação representa ao mesmo tempo uma politização do movimento feminista e uma "feminização" do movimento pró-diretas, quando a ele se incorporam as reivindicações contra a opressão das mulheres.

A programação nos estados

Com este espírito, São Paulo está programando dois grandes eventos centrais: no dia 24 de fevereiro, passeata pelo 52º aniversário da conquista do voto feminino no Brasil, às 16 horas, a partir da Praça Ramos; no dia 8 de março, ato público no saguão da Câmara Municipal, às 17 horas, onde, além das bandeiras de luta contra a opressão das mulheres e pelas eleições diretas, será destacado o caráter internacional do Dia da Mulher através da luta pela paz mundial e contra o imperialismo. Além destas manifestações unitárias — convocadas por meio de uma dezena de entidades femininas e feministas — inúmeros de bairros e alguns sindicatos promoverão reuniões, encontros, debates, filmes, etc.

No Rio de Janeiro, a coincidência do dia 8 de março com a semana do carnaval está dando às comemorações um tom particularmente carioca. Haverá uma caminhada pelo centro da cidade, cantando marchinhas de carnaval adaptadas com letras feministas, ao ritmo de uma bateria organizada pelas mulheres negras. Muitas sairão fantasiadas, home-



nageando mulheres símbolo de liberdade, como Bertha Lutz e Leila Diniz. No dia 24 de fevereiro, junto ao bloco de carnaval pelas diretas, sairá uma ala das mulheres, distribuindo um panfleto próprio. Tudo isso está sendo organizado pelo Núcleo de Mobilização para o 8 de Março, a partir da experiência da passeata realizada no ano passado.

As mineiras, por sua vez, promoverão uma semana inteira de comemorações. No dia 8 de março, haverá lançamento de um manifesto no centro da cidade (Praça Sete); no dia 9, encontro promovido pelo S.O.S. Mulher, no dia 10, o Movimento Negro organizará atividades na mesma Praça Sete. Um comício pelas eleições diretas marcará o dia 12 e nos dias 13, 14 e 15 haverá debates promovidos por departamentos femininos de nove sindicatos. Finalmente, para o dia 16, as mulheres estão preparando uma grande manifestação

de encerramento, com eventos durante todo o dia no centro da cidade (teatro, exposições, tribuna livre) e uma manifestação ao final da tarde. Além disso, o manifesto será distribuído em várias panfletagens na região industrial e nos bairros periféricos. Todo esse pique está sendo sustentado pelo Centro de Defesa da Mulher, Grupo Sempre Viva, Departamentos Femininos de 9 sindicatos, Movimento Popular da Mulher, Mov. Negro Unificado, Comissão de Mulher do PT e Dep. Feminino do PMDB.

Em Porto Alegre, o Movimento Unitário da Mulher Gaucha que manteve suas atividades ao longo de todo o ano passado, está convocando um comício para o domingo, dia 11 de março. Além da apresentação de shows e eventos culturais, o comício deverá abordar centralmente a questão do Planejamento Familiar.

O QUE É FEMINISMO 9

Revolução no estado, na economia e no cotidiano

Uma verdadeira revolução social não se esgota com a tomada do poder pelos trabalhadores. Pelo contrário, ela se desenvolve de forma permanente, transformando a sociedade de alto a baixo. Muito tempo depois da burguesia ter perdido suas posições como classe dominante política e economicamente, ainda existirá a influência de costumes, hábitos e valores morais burgueses e pequeno-burgueses. A opressão das mulheres — assim como a opressão das minorias nacionais e raciais, a discriminação

dos homossexuais e a alienação da juventude — são exemplos desse problema.

Assim, na construção do socialismo, a luta contra a opressão das mulheres é um dos objetivos centrais. Isso significa, em primeiro lugar, o combate para que as mulheres possam superar o seu papel social de reprodutoras e mantenedoras da força-de-trabalho, tarefa que hoje elas cumprem através do trabalho doméstico. A questão decisiva a ser tratada pelo

estado operário para construir a libertação das mulheres é a socialização das tarefas domésticas: a criação de creches, pré-escolas, restaurantes e lavanderias coletivas.

Desta forma, o trabalho que é hoje um serviço pessoal prestado pelas mulheres dentro de cada família, passaria a ser executado coletivamente e assumido como tarefa do estado e da comunidade.

Certamente, um governo dos trabalhadores, colocado diante da tarefa gigantesca de reconstruir a economia do país em bases socialistas, encontrará muitas dificuldades econômicas. Mas a falta de recursos pode ser superada através de muitos expedientes criativos — como temos visto na reconstrução de países como a Nicarágua. E mais ainda, sabemos que o trabalho de cada mulher isoladamente em sua família é um desperdício de tempo, recursos e trabalho, se comparado com a organização coletiva da vida.

Atacar todos os níveis

Porém, as modificações econômicas terão muito pouco significado se não forem acompanhadas de uma profunda transformação no modo de pensar, nas relações humanas e no cotidiano. O estado operário, além de planificar a economia a partir de novas prioridades, deverá

atacar todas as formas em que se expressa a desigualdade entre os sexos: defendendo o direito igual ao trabalho; garantindo a educação igualitária; modificando todas as leis discriminativas; garantindo um atendimento universal à saúde e à contracepção, sem imposições; instituindo o aborto livre; impedindo a discriminação das mulheres nos meios de comunicação e tantas medidas mais.

No entanto, se o Estado pode garantir novas bases materiais, leis e restrições, por si só ele não é capaz de promover a transformação da consciência e da vida cotidiana do conjunto da população. Essa revolução no cotidiano só pode ser dirigida pelas mulheres organizadas no seu movimento. Ela começa desde hoje, quando as mulheres vão às ruas em luta contra a violência sexual, a discriminação nos locais de trabalho e na educação, quando se organizam contra a repressão a sua sexualidade, quando criam novas formas de convivência e solidariedade. Mas essa transformação de valores só poderá atingir toda a população a partir das bases materiais criadas pelo estado socialista em transição, ao socializar as tarefas domésticas.

Um movimento autônomo

As mulheres deverão participar ativamente dos conselhos operários

e dos organismos de decisão do Estado, influndo sobre todas as questões da política operária e propondo medidas que ataquem a desigualdade entre os sexos. Esta capacidade de participação política massiva e qualificada só pode resultar de um movimento feminista revolucionário, que deve ser construído desde já.

À democracia operária interessa, portanto, que as mulheres estejam organizadas em movimentos independentes dos partidos políticos e do Estado — inclusive do Estado operário. É só através da existência de um movimento de mulheres forte e bem organizado que o socialismo em construção poderá atacar a desigualdade entre os sexos. A destruição do capitalismo não garante o fim desta opressão. Na transição ao socialismo, o movimento de mulheres terá um papel decisivo para garantir que os interesses específicos das mulheres sejam contemplados entre as prioridades do Estado operário. E, sem atacar francamente a opressão das mulheres, a tarefa histórica do proletariado — libertar a humanidade de toda opressão — será cumprida apenas pela metade.

Na próxima edição, abordaremos a situação das mulheres na União Soviética.

A crise e a força do PCB

Aqui um quadro do processo recente do Partido Comunista Brasileiro e de sua luta pela legalização.

EM TEMPO ouviu um dos principais dirigentes do PCB, Hércules Correa, sobre o seu processo de discussão. Hércules nega que tenha havido a exclusão de quem quer que seja do debate, como é afirmado, por exemplo, por **A Esquerda**. "Prestes se auto-excluiu claramente, e nem disse o contrário". "Já os companheiros do **A Esquerda** se auto-excluíram a partir do momento em que deixaram de aceitar as normas de coletivo e passaram a fazer política própria, inclusive lançando um jornal próprio. Ora, podemos aceitar uma tendência política no partido, mas não uma fração como a que montaram".

Hércules não aceita a opinião corrente de que o PCB está em declínio, de que tem perdido gente e influência. Aponta que no processo recente vários grupos voltaram ao "leito histórico" do PCB: "70% do MR-8, o grupo Unidade Comunista (que participou do jornal **Gazeta Democrática** — nota do **EM TEMPO**), o grupo da revista **Debates**. "Diz que mesmo boa parte dos "prestistas", inclusive os mais antigos, já voltaram ao PCB, e que o mesmo destino espera quase todos os membros do coletivo do **A Esquerda**. "Só uns dois ou três — que prefere não citar — "não voltarão, porque o seu problema não é a revolução. Um companheiro como David Capistrano voltará com certeza".

Legalização

Menos ainda Hércules Correa concorda com as críticas feitas por inúmeros setores de que o PCB privilegiaria hoje acordos com o regime, inclusive para a sua legalização, colocando num segundo plano ou deixando mesmo de lado a mobilização de massa. "Nossa luta pela

A nova direção eleita

O **Voz da Unidade** do dia 11 de fevereiro publicou uma entrevista do dirigente do Partido Comunista Brasileiro, Giocondo Dias sobre a "finalização dos debates entre os comunistas", o pedido de registro do PCB e o lançamento de uma "Comissão Nacional pela legalidade do PCB", que "coordenará o a nível nacional as providências para a legalização do PCB". No mesmo dia 11, a **Folha de São Paulo** e outros jornais publicaram matérias sobre a conclusão, no dia 10 de janeiro, do 7º Congresso do PCB. Os dirigentes do PCB negam que tenham realizado um Congresso, e afirmam que apenas deram os passos dentro da lei para poder encaminhar o pedido de registro do partido.

Foi de fato realizado o congresso? Sim, em termos. De fato a direção do PCB, depois de que a 13 de dezembro de 1982 a Polícia Federal interrompeu seu encontro "para discutir as Teses para a legalidade do PCB", optou por um processo de consultas entre os "setores representativos do PCB", isto é, os delegados que tinham sido eleitos nas conferências preparatórias. Não foi feito, portanto, um congresso como manda o figurino — mas o processo cumprido o substitui, do ponto de vista da direção do PCB. E a "Comissão Nacional pela legalidade do PCB" é o substituto do antigo Comitê Central (embora Giocondo Dias tenha afirmado que dela "participam democratas de todos os matizes").

A média de idade da "Comissão" (de 33 efetivos e 33 suplentes) é de 47 anos — alta, segundo os próprios integrantes,

embora menor do que a anterior. Entre os efetivos, dez já faziam parte, o que o PCB considera uma expressiva renovação. Há oito parlamentares.

A "renovação" tem um outro lado, na verdade, já que setores importantes do PCB romperam com o partido nos últimos anos: além dos que se referenciam no histórico secretário-geral Luiz Carlos Prestes, também deixou (ou foi excluído) do PCB o antigo Comitê Regional de São Paulo (atualmente se expressado no novo jornal "**A Esquerda**", que considera a atual "Comissão Nacional" "biônica", totalmente sem legitimidade). Além de Prestes, outros dirigentes históricos, portanto, já não participam do PCB, como Zuleica Alembert e Armênio Guedes (este tido como o mais próximo às posições do PC Italiano, "eurocomunista"; participa de "**A Esquerda**", onde o conjunto não pode ser chamado de "eurocomunista").

A nova Comissão Executiva passou a ser composta pelos seguintes membros: Giocondo Dias, Salomão Malina, Hércules Correa, Teodoro Melo, Givaldo Siqueira, José Paulo Neto, Régis Frati, Roberto Freire (deputado federal por Pernambuco), Ivan Pinheiro, Sérgio Moraes, Almir Neves e Paulo Elisiário (os três últimos suplentes). O deputado federal por São Paulo, Alberto Goldman, que foi citado por alguns órgãos de imprensa como fazendo parte da Executiva, nega a informação — também negada pelos outros membros. Não se nega, contudo, a sua participação na "Comissão".

legalidade corre sobre dois trilhos: o processo de democratização da vida do

país, em curso, e a aplicação da nossa política, que é uma política de massas.

A fundação da IV Internacional (1.ª parte)

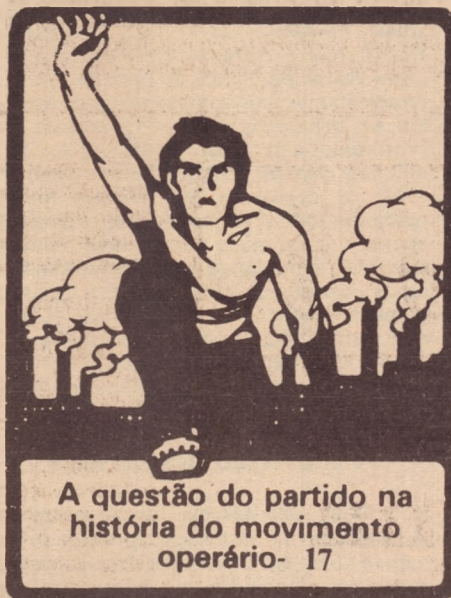
Com o processo de burocratização seguido pela III Internacional nas décadas de 1920 e 1930, formou-se uma oposição no seu interior. Começou pela própria URSS: já em 1923, 46 dirigentes do Partido Bolchevique publicaram uma plataforma contra o crescimento da burocracia e Trotsky publicou o livro "Novo Curso", sobre o mesmo tema. Era a época em que Lênin, doente, se retirava da cena política (morreria no início e 1924). Depois, a Oposição de Esquerda, como foi chamada, se ampliou com a adesão de Zinoviev e Kamenev (que formaram, com Stalin, a "troika" no poder depois da morte de Lênin) e de um grande número de "velhos bolcheviques". Foi este o núcleo da Oposição de Esquerda internacional.

Até 1933, a Oposição de Esquerda se considerava, a nível internacional como em cada partido, uma fração pública, não um partido a parte da III Internacional e das suas seções. Sua política era essencialmente combater no interior do movimento comunista pela sua regeneração, considerando que o processo de burocratização em curso não estava acabado nem era irreversível. Mesmo o fato de funcionar como "fração pública", isto é, de divulgar publicamente as suas posições, e de não aceitar a disciplina do partido, era alheio à sua vontade: decorria do fato de que os militantes que defendiam suas posições eram expulsos, não tinham nem

os seus mínimos direitos democráticos respeitados.

A partir de 1933, esta política mudou, por uma razão fundamental: a política da III Internacional na Alemanha, que facilitou enormemente a ascensão de Hitler ao poder. Stalin havia elaborado a "teoria" do "social-fascismo", que dizia que fascismo e social-democracia eram "gêmeos", que entre um e outra não havia diferenças de fundo, já que ambos faziam a política da burguesia; e que a Social-democracia era um inimigo mais perigoso, pois agia mais no interior da classe operária. Com base nesta "teoria", o PC alemão se recusou a uma política de frente única com a social-democracia contra o nazismo, e concentrou mesmo seus ataques contra aquela. Pior ainda: os comunistas alemães diziam que não havia porque temer a ascensão do nazismo, pois ele no poder não poderia durar, e prepararia o caminho para o comunismo. Esta política louca deixou o proletariado dividido e desorientado; somada à traição da própria social-democracia, pavimentou a estrada para a passagem de Hitler.

Em 1933, Hitler, no poder, iniciou uma violentíssima repressão contra comunistas e social-democratas, contra todo o movimento operário, contra toda a oposição etc. A total falência das análises anteriores sobre "fascismo e social-democracia gêmeos" ficou cabalmente demonstrada. Mas nem o partido alemão



— decapitado, destruído — nem a III Internacional em seu conjunto reagiram a esta tragédia terrível. Não só não foram capazes de mobilizar alguma resistência contra os nazistas, como também não fizeram a mínima autocrítica. Pelo contrário, proclamaram que sua política tinha sido correta e que a única culpada da derrota era a social-democracia.

Foi a partir desta prova histórica que Trotsky e a Oposição de Esquerda concluíram que a III Internacional, no seu conjunto, estava morta como força revolucionária e era irreformável; tinha se transformado apenas em um aparelho burocrático que cumpria as ordens da burocracia do Kremlin. No seu lugar, era pois necessário construir novos partidos revolucionários e uma nova Interna-

Estamos convencidos de que rodando sobre os dois trilhos chegaremos lá. E não acho que seja uma política de negociação com o regime: as duas coisas dependem da presença do povo na vida do país, e, que eu saiba, este regime não tem interesse em aumentar a participação do povo". Segundo Hércules, "o centro da batalha agora é preparar o registro do partido, e para isto iremos a todos os setores da população, conversaremos com as pessoas de casa em casa. Como a legislação é draconiana, o processo exigirá muito trabalho, e muita competência política. Por isto, os que estão acostumados a políticas de gabinete não podem falar em lutar pelo registro. Será um trabalho duro, e o de vencer o cidadão comum do povo. Vamos esbarrar na falta de informação, e até no anti-comunismo que existe no seio da massa. A preparação do registro será um corpo a corpo com a massa".

A ênfase, portanto, será colocada em um processo de filiação dentro da lei.

Hércules se mostra um firme defensor da negociação: "a palavra é negociação. Há setores da esquerda que ficam perplexos com ela, mas eu pergunto: o que é melhor? Negociar quando há impasses, para que não haja ruptura do processo de abertura, ou querer ir para a cadeia? Na cadeia no máximo conseguiremos duas coisas: engordar e estudar. Não é esta a perspectiva do revolucionário de verdade".

É evidente que o **EM TEMPO**, como todos os setores do PT, discorda profundamente da posição política do PCB, inclusive da sua visão sobre a negociação com o regime. Mas isto não faz com que deixemos de defender o seu direito à legalidade. Somos pela legalidade do PCB, do PC do B, e de todos os partidos ou grupos políticos que têm sido forçados à clandestinidade.

cional, ou seja, era necessário reorganizar os revolucionários a nível mundial. As condições eram muito mais difíceis: o momento era de derrotas, e muito duras (o esmagamento do proletariado alemão, ao que logo se seguiria o estrangulamento da revolução espanhola; a própria degeneração burocrática da URSS, etc); agora os revolucionários teriam de se enfrentar a dois aparelhos contra-revolucionários poderosos (a social-democracia e o stalinismo). Como ficaria mais claro depois, a própria consciência média de classe do proletariado internacional baixara, sob o impacto de derrotas desmoralizadoras.

Mas não era possível fugir à tarefa. A Oposição de Esquerda avaliava que adiar a formação de uma nova Internacional esperando melhores dias tornaria mais difícil o trabalho dos revolucionários, que ficariam dispersos nacionalmente, e seguiriam a tendência a analisarem de modo diferente os acontecimentos mais importantes da luta de classes e a se diferenciarem mais programaticamente, de modo que uma unificação posterior seria muito mais difícil.

Era claro que o programa da nova Internacional teria de partir dos resultados dos quatro primeiros congressos da III Internacional, isto é, os congressos realizados ainda com a participação direta de Lênin e Trotsky. Mas era igualmente claro que este programa não bastava. Acontecimentos decisivos tinham ocorrido deste então — o mais importante sendo justamente o processo de degeneração burocrática do Estado Operário Soviético e da III Internacional.

A morte de um burocrata

Os funerais de Yuri Andropov, secretário-geral do Partido Comunista, chefe do Conselho de Defesa e presidente do Presidium do Soviete Supremo, concentraram a atenção do mundo inteiro. Pompa, poder e rito, a burocracia soviética tem um novo chefe.



A morte de Andropov não surpreendeu ninguém. Desde agosto do ano passado ele já se encontrava afastado, gravemente doente, embora o ritual da burocracia não o admitisse de público. E contrariamente ao que a grande imprensa burguesa gosta sempre de alardear nessas situações, nem seu afastamento, nem sua morte, nem sua substituição representaram qualquer crise política no poder soviético.

Desde há muito, na verdade, desde Kruschov, não há espaço para o florescimento de ações mais personalizadas entre os dirigentes soviéticos. O poder se exerce por um colegiado formado pelos membros do politburô e do Secretariado do Comitê Central do PCUS. O que não quer dizer que não existam divergências e diferenças entre eles.

Andropov, por exemplo, passou 15 anos à frente da KGB (o conselho de segurança do Estado) antes de assumir a direção do partido e do país em novembro de 1982. E detinha um conjunto enorme de informações, principalmente sobre os desmandos e a corrupção reinantes nos vários escalões do partido, formados a partir do governo Brejnev. Ao mesmo tempo, era muito eficiente na perseguição dos dissidentes internos e na coordenação dos agentes soviéticos fora do país. Ele chegou à direção do país apoiado fundamentalmente pela equipe da KGB e pelo exército e não era o sucessor que Brejnev queria.

Com base em sua experiência, logo nos primeiros meses de governo, dirigiu uma operação de mudanças no segundo escalão do partido que exerce o poder mais cotidiano: 25% dos chefes regionais do partido foram afastados ou aposentados; 23 chefes de importantes departamentos do Comitê Central foram mudados, assim como 19 dos 89 ministros de Estado.

Mas tudo isso foi feito muito discretamente sem a conotação de grandes expurgos, mesmo porque o primeiro escalão dificilmente poderia ser mexido depois de dezoito anos de Brejnevismo cauteloso. Além do aparelho, Andropov tinha ainda planos de reforma para a economia soviética, imersa em uma crise há vários anos.

O substituto de Andropov

Andropov é substituído agora por Konstantin Tchernenko, o homem que presidiu a cerimônia de seus funerais e que é, na verdade, o sucessor que Brejnev queria. De idade avançada, 72 anos, Tchernenko quer centrar sua atenção nas relações com os EUA. Internamente, ao que tudo indica, não haverá grandes mudanças, dado que Andropov não teve

tempo suficiente para levar a cabo as alterações desejadas.

Em seu pronunciamento, imediata-

mente após sua indicação oficial para a chefia do Partido, Tchernenko fez um apelo à coexistência pacífica no mesmo

Assim morreu o poder soviético

O processo de estalinização que pôs por terra o poder mais democrático que o mundo já conheceu, o dos soviets dos operários, soldados e camponeses.

O nome da URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — pretende indicar que no país o poder é exercido pelos soviets (em russo, o que quer dizer "conselhos"). Desta forma, pretende-se marcar a continuidade com o poder durante a revolução de 1917. Com efeito, as revoluções russas de 1905 e 1917 deram origem ao novo tipo de organização das massas operárias que se chamou "soviets"; e foram os soviets que tomaram o poder em outubro de 1917, sob a direção do partido que tinha maioria neles, o Partido Bolchevique.

Contudo, "soviets" designava naquela época uma realidade muito diferente dos atuais "soviets" da "União Soviética". Então, soviets eram conselhos de trabalhadores eleitos por locais de trabalho, isto é, representando seus companheiros de trabalho. Os deputados aos soviets podiam ser substituídos a qualquer momento pelos que o tinham eleito. De fato, durante o ano de 1917, os deputados aos soviets foram mudando todo o tempo. Assim, os bolcheviques, que no início tinham uma minoria reduzida, tornaram-se amplamente majoritários. A nível nacional, os soviets locais se reuniam em um Congresso de Soviets, que elegia um Comitê Central Executivo e um Presidium deste Comitê Central (observando a proporcionalidade entre os vários partidos — até 1921 vários participavam).

A subversão dos soviets

Em 1936, este sistema foi formalmente abolido, com a Constituição aprovada sob o mando de Stalin. O princípio de voto nos locais de trabalho foi trocado pelo do sufrágio universal secreto. No lugar do Congresso dos Soviets, foi colocado um Parlamento (a palavra, até então pejorativa no país, passou a ser adotada) chamado de "Soviete Supremo", composto de duas câmaras, o Soviete da União e o Soviete das Nacionalidades (o primeiro eleito diretamente, o segundo de acordo com as várias repúblicas e regiões autônomas). Deixaram de existir os deputados operários, apareceram os "deputados do povo" e os "soviets do povo". A última Constituição, a de Brejnev, manteve este sistema. O Soviete Supremo elege um Presidium, que elege um Presidente, que é o chefe de Estado — um cargo fundamentalmente honorífico.

Contudo, a mudança de 1936 foi apenas formal: na verdade, os soviets já tinham sido inteiramente esvaziados no decorrer da década de 20 e já não passavam de organis-

mos decorativos. À medida em que foi se consolidando o regime de partido único, e que a atividade autônoma das massas ia diminuindo, os "soviets" apenas referendavam as decisões do partido. É o que fazem até hoje. E nem poderia ser de outra forma: os deputados são propostos em "assembléias dos distritos eleitorais" pelo partido, e eleitos (!) em chapa única.

Desde a época de Stalin o poder se concentrou inteiramente no Partido. E não em todo o partido; os congressos são sempre meramente rituais. Nem mesmo no Comitê Central eleito no Congresso (o chamado "Pleno"): este sempre referenda as decisões dos organismos superiores, que são o Politburo (Burô Político) e o Secretariado, à frente dos quais se encontra o Secretário-Geral.

O poder do secretariado

São o Politburo e o Secretariado o verdadeiro governo do País, ao qual está subordinado o governo formal, que é o Conselho de Ministros. Michael Voslensky, no seu livro sobre o poder na URSS, "A Nomenklatura", conta que é comum ouvir de membros do Conselho de Ministros (Ministério) a expressão "é preciso submeter este caso ao governo", o que quer sempre dizer Politburo e Secretariado. Todas as decisões importantes do Conselho de Ministros, em particular as nomeações para cargos de destaque, são decididas de fato pelos dois organismos citados. Há uma total confusão entre o partido e o Estado.

Nas listas das autoridades que aparecem nas publicações, a ordem seguida é: em primeiro lugar, o Secretário-Geral; depois, os demais membros do Politburo, seguidos dos candidatos a este organismo, em ordem alfabética. Depois vem os membros do Secretariado, desta vez por ordem de antiguidade. Depois vêm os ministros que não fazem parte destes organismos.

Se encarmos a questão de um ponto de vista mais amplo, quem detém o poder na URSS é a camada dos burocratas, isto é, os membros do aparelho do partido, do aparelho de Estado (com destaque para o aparelho do Exército e da KGB — a polícia política e os que exercem em geral funções gerenciais nas empresas. Os "organismos de direção" do CC do "Partido Comunista da URSS" expressam os interesses de conjunto desta camada social.

estilo de Andropov: "Estamos dispostos a dialogar com todos os governos que queiram favorecer, na prática, uma redução da tensão internacional e a criar no mundo uma atmosfera de confiança". "A coexistência pacífica é mais necessária do que nunca. Mas se a União Soviética não precisa de uma supremacia militar, não permitirá jamais que se rompa o equilíbrio existente entre o Leste e o Oeste."

Em seguida denunciou "a ameaça provocada pelas ações insensatas e aventureiras das forças agressivas do imperialismo. Nós dispomos de força suficiente para esfriar as cabeças dos aventureiros loucos. Que ninguém tenha dúvidas sobre isso. A nossa preocupação será a de fortalecer a capacidade defensiva de nosso país".

Em relação à política interna, Tchernenko comprometeu-se a fortalecer a economia e a elevar o padrão de vida do povo. Elogiou a orientação "ponderada e realista" de Andropov e afirmou que "as principais opções econômicas já foram claramente definidas para a reorganização necessária da gestão de nossa economia". "É necessário dar prosseguimento às medidas para reforçar a disciplina do trabalho, da produção e do planejamento. O pior inimigo é a irresponsabilidade que causa prejuízos, não só materiais, como sociais e morais".

Tchernenko se refere aqui a um velho problema da sociedade soviética. O baixo nível da produtividade do trabalho e a situação de penúria e rebaixamento de vida da grande massa dos trabalhadores que deu origem a uma piada famosa entre os operários. "Eles fazem de conta que nos pagam e nós fazemos de conta que trabalhamos". Mas toda a questão reside em que a situação do povo não pode ser alterada se não se altera profundamente o poder da burocracia.

Tchernenko e Lênin

Como de costume, a imprensa burguesa descarregou todas as baterias em artigos e artigos, pintando um quadro de homens sombrios, em uma cega disputa pelo poder. Não se esqueceu até de realçar a alta média de idade nos órgãos dirigentes do partido. Do outro lado, os Partidos Comunistas rebatem com a afirmação de que Tchernenko é um ilustre continuador de Lênin.

Para os trabalhadores do mundo inteiro, dos revolucionários da América Central aos membros do sindicato Solidariedade, a morte de Andropov e a ascensão de Tchernenko não configura nenhuma mudança importante, nenhum prenúncio de alteração significativa na política externa da URSS.